



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir os direitos e desafios de pessoas com
Síndrome de Down no Estado de Rondônia

EM: 20.03.2023

INÍCIO: 15h37min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para tratar, discutir os direitos e desafios de pessoas com Síndrome de Down no Estado de Rondônia.

Esta propositura do Deputado Estadual Cirone Deiró, que é defensor das causas das pessoas com deficiências, antecede

a data de 21 de março, que é reconhecida como o Dia Internacional da Síndrome de Down. O parlamentar propôs a realização desta Audiência atendendo solicitação de familiares de pessoas com Síndrome de Down, e tem como principal objetivo de colocar em pauta os direitos e a inclusão dessas pessoas.

Como parlamentar nesta Casa desde 2019, o Deputado Estadual Cirone Deiró tem trabalhado para que os direitos das pessoas com deficiência sejam exercidos em sua plenitude, conforme determina a lei. Este é o compromisso diário do Deputado Cirone Deiró, que sonha com o dia em que as pessoas com deficiência viverão a totalidade dos seus direitos na sociedade.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, pelo YouTube e também pela TV Assembleia Legislativa canal 7.2. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis. Desejamos a todos uma boa tarde.

Passaremos agora para a composição da Mesa.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública;

Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Camargo;

Excelentíssima Senhora Natália Lara, Gerente da Educação Especial, neste ato representando a Secretaria de Estado da Educação – Seduc;

Excelentíssimo Senhor Marcos Valério Tessila de Melo, Promotor de Justiça da Infância e Juventude – 4ª Região;

Excelentíssima Senhora Flávia Albaine Farias da Costa, Defensora Pública, Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das

Defensorias Públicas Brasileira, Professora e Pesquisadora dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Direito da Saúde;

Excelentíssima Senhora Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho e representando a UNDIME-RO;

Excelentíssimo Senhor Péterson Henrique Nascimento Lima, Presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, Seccional Rondônia;

Excelentíssima Doutora Maiara Lima Ximenes Trench, Presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB-RO;

Senhora Flaviana Tertuliana de Barros, mãe atípica representando todas as mães atípicas. Ela está dando uma entrevista e já vem compor a Mesa.

Neste momento, Sua Excelência o Deputado Estadual Cirone Deiró prosseguirá à abertura desta solenidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir os direitos e desafios de pessoas com Síndrome de Down no Estado de Rondônia.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia". (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Muito bem. Nesse momento queremos agradecer a todas as autoridades que se fazem presentes. A todos vocês que vieram prestigiar e participar desse evento.

Queremos agradecer a Stéfane Magnum - Secretária Municipal de Assistência Social e Família de Candeias do Jamari; Senhora Jamile Vanessa Costa Brasil, da Associação da Pestalozzi; Excelentíssima Senhora Doutora Larissa Camargo Pinho, Juíza do Tribunal de Justiça de Rondônia - esposa do Deputado Estadual Delegado Camargo; Regina Célia Nareci Baijo, representando o Conselho Estadual de Educação; Bruno Vinicius Fontinelle Benitez Afonso, Diretor de Políticas Públicas da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social; Senhora Miriam Pereira, Conselheira do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho; Senhora Sirléia Araújo, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho; Senhor Cláudio Farias, Chefe de Gabinete da Deputada Federal Cristiane Lopes; Senhora Rosiane Araújo, Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social de Itapuã do Oeste.

Agradecemos ao Movimento Mães Coragem; também ao Movimento Marias - Comissão de Mães Atípicas. Agradecemos ao Movimento Mães Atípicas; agradecemos ao Movimento de Mães Tesouro 21; Senhora Klivia Meireles, Presidente do Instituto Cuidar e Desenvolver; Professor Mário Albuquerque, professor da Associação Pestalozzi de Porto Velho; Senhora Simoni Gima, do Mães Coragem Tesouro 21; Senhora Juliana Volpi, Secretária-Geral da Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia; Senhora Thabata Milane Santos Rodrigues, representando a Secretaria Municipal de Educação de Candeias do Jamari; Graciely Nunes Santana, palestrante, neuropsicopedagoga. Agradecemos também ao Promotor de Justiça Titular da Educação, Doutor Julian Farago.

Nesse momento passo a palavra ao Deputado Cirone Deiró, para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Boa tarde a todos. Sintam-se todos bem-vindos a esta Casa, a Casa do povo. Aqui, nós damos voz a cada um de vocês.

Cumprimentar todas as pessoas que estão lá na nossa plateia. Eu quero até pedir a nossa segurança aqui da Casa, para abrir esse janelão para as pessoas interagirem conosco aqui da Mesa, por gentileza. Nós aqui... a Casa é do povo, o povo tem que estar perto aqui dos parlamentares.

Então, que todos vocês sejam bem-vindos a esta Casa. As pessoas com deficiência, com a Síndrome de Down que estão aqui presentes, os filhos, os familiares, aqui é a Casa de vocês.

Quero agradecer a presença das autoridades aqui à Mesa. Quero cumprimentar meu colega de Parlamento, o Delegado Camargo, que está aqui ao meu lado. Faz um grande trabalho nessa Casa. E nós estamos na missão juntos aqui, de defender as pessoas com deficiência do Estado.

Hoje, nós estamos aqui celebrando um dia alusivo à Síndrome de Down, que é dia 21 de março, uma data internacional. E nós não poderíamos deixar passar, para despertar, chamar a atenção do poder público, das autoridades, da necessidade de políticas que possam atender esse público do nosso Estado e não diferente das outras deficiências também, que as pessoas e as famílias necessitam desse atendimento, de profissionais multidisciplinares, tanto da saúde, da educação, da assistência social, esporte e assim por diante. Então, se sinta cumprimentado, Deputado

Delegado Camargo, obrigado pelo prestígio de estar aqui nesta Audiência.

Cumprimentar a Natália. A Natália é gerente da Educação Especial, representando aqui a nossa Secretária de Educação, a Ana Pacini. Leve o nosso abraço à Secretária. Que possamos estar falando aqui, a gente possa, realmente, o Estado implementar.

Aproveitar e cumprimentar minha amiga Heluizia, que sempre esteve conosco. Desde 2019, nós debatemos várias pautas aqui, das pessoas com deficiência no Estado e a Heluizia sempre presente conosco, discutindo e fazendo com que realmente a gente pudesse fazer a diferença dentro do Estado.

Doutor Marcos Tessila, Promotor de Justiça, nos honra aqui com a sua presença. Seja bem-vindo, obrigado pela participação.

A senhora Flávia Albaine, Doutora Flávia Albaine, que em todas as nossas Audiências esteve conosco, sempre contribuindo. Muita gratidão por a senhora estar aqui, sempre junto conosco.

A senhora Gláucia Negreiros, Secretária Municipal de Educação, aqui da cidade de Porto Velho, representando também UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

À Professora Lena (Luslarlene Fiamett), Secretária Lena, de Santa Luzia; fica aqui a nossa gratidão à Doutora Gláucia, pela sua presença aqui conosco.

O Doutor Peterson, é pai atípico, militante, ativista, sempre presente conosco aqui, representando a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a Comissão Especial de Direitos das Pessoas com Deficiência. Obrigado.

Também a Doutora Maiara Trench, Presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB. Obrigado, Doutora Maiara, pela presença, muito bem-vinda a esta Casa.

E a nossa senhora Flaviana Tertuliana, que é defensora, mãe atípica, nesse ato aqui representando todas as mães, todas as famílias que estão presentes nesta Sessão. Então, que vocês se sintam cumprimentados. Já foram nominadas algumas pessoas que estão presentes conosco; a esposa do Deputado Delegado Camargo também está aqui conosco, é Juíza aqui do nosso Estado de Rondônia.

Todos vocês, sintam-se cumprimentados, assessores, pessoas da sociedade rondoniense. O terceiro setor que faz um papel importante dentro da educação inclusiva no Estado de Rondônia, nós tivemos um trabalho feito pelas APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Estado de Rondônia, que acolhe essas crianças, esses jovens, esses rapazes, principalmente com Síndrome de Down aqui no Estado de Rondônia.

Então, nós não poderíamos deixar de citar o trabalho feito pelo terceiro setor, as APAEs, o CERNIC (Centro de Reabilitação Neurológica Infantil) em Cacoal, o CENAP (Centro de Atendimento às Pessoas Especiais) em Pimenta Bueno, o CER (Centro Educacional) em Rolim de Moura, AMA (Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia) aqui de Porto Velho, são diversas entidades dentro do Estado de Rondônia, que junto com a sociedade civil e organizada fazem um trabalho muito relevante aqui no nosso Estado.

Agradecer também a ativista Klivia que está aqui conosco, Ana Rúbia, a Edna Okabayashi, estão sempre nos auxiliando e fazendo com que a gente possa estar defendendo esse público que tanto precisa da nossa força política,

Deputado Delegado Camargo, para que a gente possa realmente atender, aqui no Estado de Rondônia.

Nós vamos ter aqui três palestrantes, e eu gostaria de propor à Mesa que fizéssemos a fala depois dos palestrantes. Em respeito, ouvir o que esses palestrantes vão trazer para nós e ao mesmo tempo também que as pessoas não se cansem; de a gente fazer a parte política e realmente o tema, que é relevante, a gente se perder pelo meio do caminho. Então, pedir a compreensão dos senhores e nós vamos seguir aqui com as nossas palestras.

Pessoal da Casa, por gentileza, pede para alguém abrir essas janelas para nós, por favor, mais uma vez, por gentileza.

Ouviremos, agora, a primeira palestra dessa tarde, apresentado pela professora e pesquisadora Doutora Flávia Albaine, com o tema "Capacitismo contra a pessoa com Síndrome de Down e a Legislação Protetiva".

A senhora pode usar aqui a Mesa, a tribuna, como achar melhor.

A SRA. FLÁVIA ALBAINE FARIAS DA COSTA - Boa tarde gente. Boa tarde para todos, todas e todes. Eu sou Flávia. Eu sou uma mulher branca de cabelos castanhos ondulados, um pouco abaixo do ombro. Estou usando um óculos preto com detalhes brancos na parte superior, um vestido cor de rosa com alguns detalhes estampados. Estou em pé, de frente aqui ao microfone para poder falar para vocês. Fiz a minha audiodescrição, que é uma ferramenta importantíssima para a inclusão social das pessoas com deficiência visual ou com baixa visão.

Bom, amanhã - dia 21 de março - é o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down, data reconhecida já pela

Organização das Nações Unidas como um momento de reflexão e debate sobre o capacitismo que essas pessoas enfrentam – ainda enfrentam – na nossa sociedade. Para quem não sabe, o capacitismo é esse movimento de exclusão e violência contra a pessoa com deficiência. E as pessoas com Síndrome de Down – de acordo com o modelo social de deficiência adotado na nossa Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – para fins jurídicos, elas são consideradas pessoas com deficiência.

Esse capacitismo pode ocorrer de diversas formas: de formas diretas, de formas veladas, de formas implícitas, de formas expressas. E o que eu trago hoje aqui são muito mais reflexões do que respostas propriamente ditas, porque essas respostas, essas soluções são construídas por todos nós em conjunto aqui, cada um dentro do seu papel social.

Então, a primeira coisa que eu quero ressaltar é que a pessoa com Síndrome de Down, pelo fato de ter a síndrome ela não perde a capacidade jurídica. Já há alguns anos no nosso ordenamento, a deficiência deixa de ser uma causa de incapacidade jurídica.

O que isso significa? A pessoa com Síndrome de Down tem plena capacidade civil ainda que ela esteja sob um regime de tomada de decisão apoiada, ou até mesmo de curatela, ela mantém essa capacidade. E, de acordo com as diretrizes do nosso ordenamento pátrio e internacional, nós enquanto sociedade devemos nos esforçar para que essas pessoas tenham o maior grau de autonomia possível. Obviamente que em algumas situações será necessário um apoio, será necessária uma ajuda, nós não estamos negando isso. Mas, é preciso que a sociedade se esforce para que essas pessoas tenham o maior grau de autonomia. Inclusive, mesmo que elas estejam sob curatela, elas não sofrem restrição no exercício dos seus direitos existenciais, como, por exemplo, o direito ao voto,

o direito à sexualidade, o direito a contrair matrimônio, dentre outros.

Obviamente que cada caso tem a sua peculiaridade, e nós temos que observar as peculiaridades do caso concreto para também não deixar essas pessoas em uma situação de vulnerabilidade e de risco. Mas a regra é que nós trabalhemos para que elas consigam ter essa autonomia. E exatamente para que elas consigam ter essa autonomia – principalmente quando chegam na fase adulta – é que eu falo aqui sobre a questão da educação – que já debatemos em outras Audiências Públicas aqui também organizadas pelo Deputado Cirone –, sobre a educação da pessoa com deficiência e sobre a saúde, principalmente sobre a estimulação precoce. Porque, eu não sou profissional da área da educação, nem da área da saúde. Eu sou profissional da área jurídica.

Então, obviamente que eu estou trazendo aqui a visão jurídica dos direitos e dos institutos. Mas, o que determina a nossa legislação, inclusive com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – incorporada pelo Brasil com *status* constitucional – é que essas pessoas, no que tange à saúde, elas tenham o amplo acesso à saúde, em todas as fases da sua vida.

O que isso significa? Que, desde pequenas, essas pessoas devem estar frequentando terapias, seja na rede particular – para quem tiver plano de saúde ou condições de pagar –, seja no SUS – para quem não tiver essa possibilidade – para que por meio dessas terapias adequadas, elas possam se desenvolver, e conseguir ter ali o maior grau de autonomia possível. As terapias devem objetivar principalmente a estimulação do potencial dessas pessoas.

E, em paralelo ao direito à saúde, entra também o direito à educação. O direito à educação como um direito

fundamental. Porque nenhuma mudança social duradoura e profunda é feita sem educação. A educação é a base da transformação social. Então, esses dois direitos caminham juntos. E se eles não forem efetivados na prática – a educação, a saúde –, como é que essas pessoas, por exemplo, na fase adulta, vão entrar no mercado de trabalho? Porque potencial elas têm, condições elas têm.

Então, hoje, a legislação brasileira já possibilita políticas afirmativas de inclusão dessas pessoas no mercado trabalho, por exemplo através de cotas e outros estímulos. Mas, é preciso que essas pessoas tenham a sua saúde, tenham a sua educação bem cuidadas em todas as fases da sua vida para que elas consigam chegar à fase adulta com independência e assim possam adentrar ao mercado de trabalho; possam realizar os seus direitos existenciais; para aquelas que quiserem e puderem, possam contrair matrimônio, constituir família, dentre outras situações.

Bom, para finalizar já aqui a minha fala, eu também deixo uma pequena ressalva, que esse capacitismo, além de ele atingir as pessoas com Síndrome de Down, existe também o que já tem se falado em "capacitismo por associação". A Organização das Nações Unidas já tem jurisprudência nesse sentido. Essa jurisprudência vincula o Brasil, e já há até mesmo um enunciado da ONU falando sobre isso.

O que seria esse capacitismo por associação? É o capacitismo, é a violência, é a exclusão que atinge não a pessoa com deficiência, mas os parentes e outras pessoas que estão próximas às pessoas com deficiência. E aqui no nosso Estado de Rondônia, um exemplo muito grande disso, são as mães atípicas, que muitas vezes estão enfrentando essa batalha sem o devido apoio, sem rede de apoio. Elas precisam de apoio realmente para que continuem exercendo o seu trabalho, para que tenham o cuidado com a sua saúde mental,

para que elas tenham o apoio no exercício da maternidade atípica.

Então, além do capacitismo direto que acomete as pessoas com Síndrome de Down, eu chamo atenção também para esse capacitismo por associação, que também deve ser objeto de debate, estudo e solução.

Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Flávia, sempre contribuindo e trazendo aqui conhecimento para cada um de nós. E falar da importância do capacitismo dessas pessoas em fase de aprendizagem escolar, para ter essa independência, Doutora Flávia, é muito importante. Porque a grande preocupação dos pais, Deputado Camargo, é justamente isso, na fase adulta. Enquanto criança, que tem os pais para acolher essa criança, para dar condições de eles caminharem, está tranquilo. Aí o pai fica pensando "e depois na fase adulta, quando eu não estiver mais aqui, como é que será o meu filho?" Então, existe essa preocupação dos familiares.

Obrigado pela sua contribuição. E nós ficamos felizes por ter pessoas tão engajadas em defender as famílias aqui do nosso Estado.

Eu quero convidar para a nossa segunda apresentação, a neuropsicopedagoga Graciely Santana, que falará sobre o tema "Neuroplasticidade na Síndrome de Down".

Enquanto a Doutora Graciely chega até a nossa tribuna, eu quero aqui agradecer a presença do Lindomar Garçon, ex-deputado federal, está aqui conosco presente. Obrigado pela presença. Agradecer à senhora Hévila Rolim, que é a madrinha do Movimento Tesouros 21. Obrigado aqui pela presença. E

fazer um agradecimento especial ao Mateus e ao Amaral, que são dois servidores desta Casa que têm a deficiência Síndrome de Down e trabalham aqui conosco. Então, fica aqui o nosso reconhecimento ao Mateus e ao Amaral, que são servidores desta Casa.

Com a palavra, a Doutora Graciely Santana.

A SRA. GRACIELY NUNES SANTANA - Boa tarde a todos. Como foi apresentado, eu me chamo Graciely Santana, sou neuropsicopedagoga; mestranda em Neurociência. Sou mãe atípica. Sou mãe do Artur, Síndrome de Down, 8 anos. Sou de Ji-Paraná, Rondônia. Venho até aqui para representar a minha comunidade de Ji-Paraná, nós temos também uma comunidade grande de mães atípicas, vejo algumas aqui. E me sinto parte dessa família.

Hoje, eu tenho o privilégio de falar sobre a neuroplasticidade na Síndrome de Down, o meu grande objetivo disso tudo, já que o meu maior projeto de estudo convive comigo, o Artur, 8 anos, um cérebro fenomenal, uma criança que tem todo o futuro em suas mãos. Depende muito desses momentos, é claro, dessas conversas, dessas trocas, para que esse futuro seja realmente garantido.

Mas, vamos falar um pouco sobre o funcionamento do cérebro de uma pessoa com Síndrome de Down. Hoje, dentro da neurociência, já é comprovado que, apesar dos comprometimentos acarretados pela Síndrome de Down, a memória e o processamento não apresentam diferenças se comparados a indivíduos típicos, indivíduos sem nenhum perfil de deficiência.

A diferença está na anatomia dos neurônios, bem como nas sinapses. Anos atrás, pensar que uma deficiência que

trouxesse prejuízo nas sinapses, isto é, na forma como os neurônios se conectavam e se comunicavam era no mínimo desesperador. Eu senti esse desespero 8 anos atrás, quando recebemos o diagnóstico do meu filho. As perguntas: "O que ele vai ser no futuro?", "Vai depender de mim a vida inteira?", "Como a sociedade vai receber o meu filho?".

Tenho parentes e família fora do Estado de Rondônia, no Paraná e em outros Estados, e eles nos mostram uma perspectiva de futuro um pouco diferente do que nós temos aqui. Quando a doutora, na fala dela sobre as oportunidades, é muito falado sobre a independência que a pessoa com Síndrome de Down pode ter na sua vida adulta, os clubes que ela pode frequentar, os lugares, a autonomia de ir ao cinema com os colegas, a autonomia de ir a uma festa. Isso acontece em outros lugares, talvez em outras comunidades com olhares um pouco mais abertos.

Mas, será que hoje na nossa comunidade isso aconteceria? Será que se eu permitisse meu filho, o Artur, na adolescência, ir até o cinema, assistir a um filme com o colega, será que ele teria autonomia de entrar nesse cinema? Mesmo comprando os ingressos e apresentando, será que quem está na portaria não olharia, "onde está sua mãe?", "onde está seu pai?", "quem está com você"?

Então, ao mesmo tempo que eu digo, "filho, você tem tudo nas suas mãos, você pode, você consegue", um simples filme, ele precisaria da mãe ao lado. Nós precisamos, sim, discutir esses momentos. O que é essa autonomia? O que são essas possibilidades que nós estamos prevendo que aconteçam e que na vida real não acontecem?

Na nossa cidade nós temos um rapaz com Síndrome de Down muito ativo. Ele se chama Geovane. Ele tem seus 35, 36 anos. Em uma conversa com o Geovane, me emocionou muito ele dizer

que um dia ficou mais de uma hora em um ponto de táxi, esperando que um taxista parasse para ele.

Ora, Geovane tinha dinheiro. Geovane poderia pagar pela corrida. Geovane sabia onde estava e aonde queria chegar. Por que nenhum taxista parou? É uma pergunta que nos traz reflexão.

Nós queremos uma inclusão, mas será que a nossa sociedade está aberta a isso? Estou falando de sociedade, no geral, pessoas comuns. Será que se meu filho for a padaria sem mim, vão vender os pães para ele? Isso é uma coisa que magoa o meu coração, é uma dúvida que magoa o meu coração e eu tenho outras mães aqui e eu vejo nos seus olhos.

Não comecem a chorar, porque senão o reflexo aqui também acontece e eu estou sem lençinhos. Então, por favor, controlem-se.

Mas, somente alguns pontos que eu achei importante compartilhar com vocês. Não vou tentar fugir muito da minha fala.

Então, pensar que uma deficiência poderia ter prejuízos, em como os neurônios se conectam era desesperador. Mas, o avanço aconteceu. O avanço na ciência aconteceu e a luz no fim desse túnel se chamou neuroplasticidade. Quando eu soube, como acadêmica na faculdade ainda, o professor me explicou sobre neuroplasticidade, a capacidade de um neurônio se conectar ao outro e fazer com que aquilo se desenvolvesse, isso parecia um milagre, um milagre bíblico. Era o milagre que eu procurava para o meu filho.

E os estudos começaram. E a neuroplasticidade nos mostra que ela permite a regeneração desses neurônios, criando um milagre das novas conexões, reativando funções cognitivas, como atenção, memória, linguagem, percepção. Áreas essas que

nós, mães de pessoas com deficiência, bem conhecemos no campo da defasagem.

O poder da neuroplasticidade, deve ser levado em consideração ao se pensar em políticas públicas, principalmente, as educacionais. Nossos filhos precisam receber uma estimulação que prezem o aprendizado. Precisamos tomar cuidado com currículos limitantes que nada colaboram para o processo de formação dessas sinapses. Áreas como a neuroaprendizagem devem e precisam ter um espaço fixo dentro do ambiente escolar. Afinal, estamos falando de crianças, jovens e adultos pensantes tanto quanto qualquer outro, aguardando apenas que a sua inteligência seja compreendida e melhor desenvolvida.

Eu finalizo a minha fala, agradecendo a atenção de todos. Me coloco à disposição. Estamos em Ji-Paraná. Também somos uma comunidade grande lá. Mas também estamos aqui, em todos os lugares onde precisa se discutir sobre a autonomia, sobre a inteligência e sobre o poder de percepção da pessoa com Síndrome de Down.

Obrigada a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Doutora Graciely Santana. Nós vemos a importância da neuroplasticidade. A senhora falou e refletiu não só sobre o tratamento, o acompanhamento da pessoa com deficiência, mas sim, da família, da preocupação, do preconceito existente na sociedade. E é isso, às vezes as pessoas ficam se perguntando - já é a sexta ou a sétima Audiência Pública que nós fazemos nesta Casa -, e vem a reflexão: precisamos continuar fazendo. Porque, enquanto nós não formos ouvidos, que essa Casa que é a caixa de ressonância de cada um de vocês, da sociedade rondoniense, tem que se falar uma, duas,

três, quinhentas, mil vezes, uma hora a sociedade, as autoridades vão nos ouvir.

Então, a senhora sempre conte com o nosso apoio, com a nossa parceria. As portas desta Casa estarão sempre abertas, para que nós possamos chamar a atenção da nossa sociedade, das nossas autoridades que, existem, sim, pessoas que precisam ser olhadas e as famílias também.

A primeira lei de mãe atípicas do Brasil foi uma propositura minha, aqui do Estado de Rondônia, até outros Estados já entraram em contato para que pudessem copiar essa lei. Às vezes também a gente só pensava na pessoa com deficiência. As mães, os pais, irmãos não eram assistidos por profissionais que poderiam dar esse amparo a essas famílias. E nós estamos em busca de que essa lei seja implementada dentro do Estado.

Foi feito, por dois anos consecutivos, virtualmente, porque nós entramos em uma pandemia, mas este ano nós vamos propor nesta Casa aqui - Deputado Camargo, vou pedir o seu apoio - para que nós façamos aqui um grande encontro dessas mães. Trazer aqui oficinas, trazer palestrantes renomados para que a gente possa realmente crescer dentro do Estado de Rondônia. Que não seja só mais uma lei fria num papel sem execução aqui dentro do Estado. A semana é de maio e nós vamos estar trazendo, vamos divulgar para vocês, está bom?

Quero convidar o Doutor Marcos Antônio para que possa usar a tribuna desta Casa. E vai falar um pouquinho da sua vivência profissional com a Síndrome de Down.

O SR. MARCOS ANTÔNIO SUEYASSU - Boa tarde a todos. É uma honra estar aqui para falar alguma coisa da minha experiência. Eu, na verdade, sou pioneiro na neurologia

infantil no Estado de Rondônia. E quero dizer, acima de tudo, da parceria que eu tenho com essas mães, as Mães Coragem. Essas Mães Coragem que são todas as mães, não só que fundaram aqui na cidade de Porto Velho, mas que fazem representar todas as mães do Estado de Rondônia.

Então, o que eu trago aqui de experiência é que há muitos séculos, em uma galáxia distante, lá no Paraná, na época que eu era um menininho, o que se via das pessoas portadoras de necessidades especiais, mas, assim, representativa à Síndrome de Down? Que eles eram literalmente depositados.

Então, a expectativa de participação perante a sociedade para ensinar, mais ensinar do que receber o ensinamento. Porque, na verdade, hoje a gente sabe que eles não são especiais, não é? Não são especiais. Especiais, como eu sempre falo, são os pais. Os pais que são especiais, porque, na verdade, são anjos; anjos que vieram nos ensinar, não só os portadores da Síndrome da Trissomia, mas como todos aqueles que têm, carregam, na condição de serem atípicos.

Então, o que acontece? Naquela época a expectativa de vida, de quando eu era um menino, a gente via, eles eram – na verdade, a palavra preconceito eu não colocaria nem esse termo, preconceito –, elaborados. Elaborados por todo mundo, por todos, até mesmo pela Procuração que os pais recebiam também. Até os pais mesmos achavam que eles não iriam; iriam ser ali os figurantes de vida. Na verdade, eles são, para nós eles são os verdadeiros mestres para nós, porque nós somos gananciosos, nós somos invejosos, nós não estamos nunca satisfeitos. Eles não. Eles naturalmente são o quê? Autênticos, felizes e transmitem felicidade.

Então, essa vivência, essa convivência, quando você olha o nenê que nasce com os desvios fenotípicos, com os

estigmas da síndrome, nossa, o impacto, na verdade, por essa ideia da síndrome, ela não deixa você ver o quanto eles são lindos. Vamos falar a verdade. Quando nasce o bebezinho – depois também, é lógico, eu estou vendo os meus meninos aqui –, são mesmo, eles têm faces lindas, são muito lindos. Só que se criou uma imagem de que eles são diferentes. Mas, um bebê com Síndrome de Down é muito bonitinho, gente. Muito bonito mesmo! Não, não estou sendo assim “ah, porque o senhor não tem um filho com Síndrome de Down...” Não, eles são bonitos. A gente tem que ver a beleza onde está, a beleza física e a beleza espiritual deles. E felizes aqueles que conseguem entender isso, a mensagem.

Quando eu falei que as mães são especiais é porque eu acredito. Eu acredito que Deus não dá para você um fardo para você carregar sendo um filho um fardo. Não é isso, gente. Não, está errado. Está errado. Não, filho não é fardo, não. Não. É que Deus está falando: “Me ajude. Você é fera, mãe. Pai, vocês são... eu preciso de vocês”.

Então, Ele coloca esse anjo para... ajudar. Para ajudar Ele. Porque fica muito difícil. Tudo é “Meu Deus, me ajude, meu Deus, eu preciso de você”. Mas, Deus está pedindo ajuda para nós! Eu também sou especial, eu também sou. Eu considero especial minha esposa, que está aqui; o meu secretário, fiel escudeiro, cortador de arame da Primeira Guerra Mundial – corta arame e vem o cara por trás, ele toma bala, e depois vem o atirador.

Então, nós somos especiais. Não são as crianças, elas são anjos. Só que esses anjos estão com cada vez mais participação nas nossas vidas. Hoje, nós temos os anjos cada vez mais se especializando em nos ajudar. Nos ajudar a ajudar.

Então, é o que eu acredito, que eu vejo a transformação de lá muitos séculos atrás, em uma galáxia distante, que ela vem se tornando para nós, cada vez mais, aquilo que a gente via de ficção, que não é ficção, é verdade, é verdadeiro. Por que não quebrar paradigmas? E estão, cada vez mais esses anjos quebrando paradigmas com o seu ensinamento... Primeiramente da sua autenticidade, porque eles amam de verdade, são felizes de verdade, eles não têm que provar para ninguém que eles são isso.

Eu vejo no meu consultório, quando eles chegam, eles são verdadeiros. Se ele não vai com o seu jeito, ele não vai abrir. Mas, muitas vezes a gente forja gostar de pessoas, eles não! Eles ficam na deles. Eles não vão querer mostrar alguma coisa, não. Quando eles gostam, eles gostam mesmo. Ninguém é obrigado a gostar de ninguém, não é? Ninguém é obrigado ter empatia por visão, pelo referencial visual.

Sim, é autenticidade, "bateu o santo". Eles têm esse negócio. Mas, na maioria, na maioria absoluta das vezes, esse gostar deles é um gostar que você não tem dúvida. Você olha para eles e sabe que eles, eles são aquilo, são autênticos. Só que igual eu falei, esses paradigmas, cada vez mais vêm com aquilo que a gente possa fazer, não é? A gente possa comemorar. Comemorar com eles. Então, que eles vêm cada vez mais sendo atores; sendo desportistas; sendo auxiliares e sendo mestres; até professores, que a gente tem visto, não é, gente?

Então, o que a gente tem notado e que ficou, primeiro a questão física. Aquele negócio, expectativa de vida. Hoje, a gente tem pessoas, portadores de síndromes, mas principalmente Síndrome de Down - que é a que mais acontece, a que mais se repete no mundo na parte das cromossomopatias, é a Síndrome de Down.

Então, de todas as encefalopatias crônicas não evolutivas, secundárias à condição genética, então, o que acontece? A encefalopatia crônica não evolutiva, é um termo técnico, que muita gente acha que encefalopatia crônica não evolutiva é uma paralisia cerebral. De primeiro, tinham esse conceito que paralisia cerebral a pessoa não ia andar, que não ia conseguir, não ia falar. Não. Encefalopatia crônica não evolutiva é algo que acontece no sistema nervoso, que pode ser, infelizmente, estendido para a sua vida ou por uma etapa da vida, que leva um déficit motor. Primeiro motor ou por hipertonia, ou por hipotonia, duro ou mole, nesses termos, para gente deixar bem claro, mas que foi de origem do sistema nervoso central. E esse atraso pode ser só um atraso motor. Se vai vir ou não com déficit cognitivo "são outros quinhentos".

Então, isso é uma encefalopatia crônica não evolutiva e tem várias causas, desde eventos hipóxico-isquêmicos - que usam um termo de falta de oxigênio, só para colocar -, infecção congênita, lesão, enfim, e condição genética. Então, o portador da cromossomopatia do 21 tem uma encefalopatia crônica não evolutiva secundário a uma síndrome determinada catalogada do cromossomo 21, a trissomia do 21, que vai proporcionar a você, inicialmente, um atraso motor. Motor. Eles são hipotônicos. E depois vem a quantificação para a formação de opiniões, que é a parte da intelectualidade.

Então, o que vem e cada vez mais, a doutora falou para gente, mostrou para gente sobre a neuroplasticidade. Esse cérebro fantástico que é das faixas etárias pediátricas que vão até 19 anos de idade, onde a natureza consegue achar o caminho, lógico que não pode deixar esse caminho à deriva. Nós que estamos, assim, que compramos junto com eles essa implementação de vida, então, nós temos que sempre pensar

nisso, que tudo pode. Tudo pode. Não só a Bíblia fala isso; não só as religiões falam, mas que tudo pode, a ciência pode.

Existe, eu não vou citar nome, existem associações, existem no Brasil fundações em que, infelizmente, trazem para essas mães especiais, pais especiais, muitas vezes, uma imagem que está o quê? Condenado. "Ah, tem tal situação, está condenado, não vai conseguir, você vai se conformando e está definido." "E vai fazendo assim, vão levando assim mesmo, não faça isso, não faça aquilo outro. Você está perdendo tempo, que não vai conseguir."

Só que é o seguinte, esse cérebro fantástico, que a gente usa só 15%, só 15%, quando usa muito. De toda aquela massa que nós conhecemos do sistema nervoso central que é o encéfalo, que não é só composto – o sistema nervoso não é só composto pelo encéfalo, tem a medula também –, mas o encéfalo, do encéfalo a gente só usa 15%, quando usa muito, 10%, 15%.

Então, e o resto, o que acontece com aquele resto? Na verdade, o que faz? A gente não sabe. É porque o cérebro é uma condição física? Eu sou neurologista, sou apaixonado por neurônios. Mas, ele também conjuga uma condição metafísica, que é o pensamento para os atos e atitudes, pensamento para os atos de atitudes. Então seria como, o ser humano é o melhor animal que existe na face da Terra, o ser humano. Mas, nós somos o pior animal que existe na face da Terra. O melhor e o pior. Paradoxo de nós mesmos.

Então, o que acontece? É um viés: eu te dou implemento para você **(ininteligível)** pensamentos, voar, mas os pensamentos também levam à parte física, a também se refazer. Então, uma coisa puxa a outra. É isso que com o tempo a gente, cada vez mais, tem visto e não tem esse negócio "ah, você pode se conformar, que vai ficar, realmente, dependente

de alguém pelo resto da vida; não vai falar, não vai andar, vai ser sempre mole, vai engordar e vai ter que ser depositado." Não, isso acabou. Isso acabou, gente.

Nós temos os portadores de Síndrome de Down, como eu falei, professor hoje, lógico, têm suas restrições, mas eles são especialistas naquilo que fazem, muito bem feito. Melhor que a gente que acha que sabemos tudo e não sabemos nada, na verdade. Eles sabem tudo.

Então, o que eu quero passar para vocês é uma – eu estou 15 anos aqui em Rondônia, Porto Velho –, mas sempre chegavam para mim, e a pergunta que não quer calar: "E aí, doutor, o senhor deu o diagnóstico, e aí, o meu filho vai andar?" "O meu filho vai falar?" A minha resposta, sabe como que era: "E aí, o que você quer que aconteça?" "Não, não, doutor, mas..." "Não, não, ... o que vocês querem? Fala. Não enrola, não." Brincava, não é? "Não enrola, não. Você quer que ele ande? Você quer que ele fale?" e eles ficavam assim, sabe. Olha só como que a sociedade faz com as pessoas. A cobrança faz com que se pegue um modelo, um participante, e ele define o que vai acontecer com o filho, falando assim "o teu filho não vai andar, vai conformando mesmo", como acontece nessas associações fora do Estado de Rondônia e tal, que eles vão de TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Então, eu respondia com uma outra pergunta: "Você quer que ele ande? Você quer que fale?" "Não, não, mas...". "Não, não, não enrola, não. Quer ou não quer?" "É. Quero." "Então ele vai andar, pô! Ele vai falar!" Por quê? Porque o que toca a sua vida? O que toca a sua vida? O que toca a vida de vocês? Ah, daí vão falar: é Deus. Eu, lógico, mas o que toca são os nossos projetos, os nossos projetos, gente. O homem sem projeto, ele morreu.

Então, vamos fazer uma analogia aqui. Eu tenho um projeto – eu falava assim para elas – eu tenho um projeto de construir uma casa de três andares. Uma casa de três andares com tudo de mais lindo, com a banheira de mármore, torneira banhada a ouro e tal. “Sabe por quanto?” Elas ficavam olhando assim. “Sabe por quanto que eu vou guardar por mês para construir essa casa de três andares?” Elas: “não, não sei.” “São R\$ 480,00 por mês.” Aí você vai falar assim: “Mas, doutor, R\$ 480,00?” – isso há quinze anos – “O senhor não vai conseguir construir nunca uma casa dessas.” “Eu não estou nem aí, gente. E eu estou tocando o meu projeto. Só posso guardar R\$ 480,00. Sabe por quê? Porque daqui a um ano, sabe quanto que eu posso guardar?” Daí eles ficavam esperando. “Daqui um ano, sabe o que eu posso guardar? Serão R\$ 512,00.” “Mas, mesmo assim, R\$ 512,00, doutor, mesma coisa, não vai conseguir”. “Não, mas daqui a quatro anos, sabe que agora, sabe quanto que eu vou conseguir guardar agora: R\$ 650,00.” “Mas, inflação, tudo? Não vai conseguir”. Mas, eu estou tocando o meu projeto.

Enquanto você tem o projeto e toca o seu projeto, você acredita no projeto. “Por que daqui a sete anos, sabe quanto que eu vou guardar para esse projeto da minha casa? Zero. Por quê? Porque eu não quero mais uma casa. Eu quero sabe o quê? Uma barraca, uma barraquinha na beira da praia para vender água de coco. A senhora está entendendo?” Ela fica ficava “assim”. S

sabe por que, gente? Os projetos podem ser mudados. Então, que você invista no projeto, dando salto onde sua perna alcança. Conforme for mostrando para você, você vai investir mais ainda no projeto. Acreditar no seu projeto. E o projeto é o quê? O menino falar, o menino deixar de ser hipotônico, o menino participar e ir para a escola, certo? Esse é o projeto.

Agora, quando ele for para a escola, mesmo que ele tiver uma dislalia, uma dispraxia de fala, uma sei lá, um rompante de desvios, sei lá, de conduta, não tem problema. Ou então instabilidade do lado emocional. Mas, ele está indo e está aprendendo, o projeto está seguindo. Então, você vai levando o projeto como dá.

Então, os projetos podem ser mudados. Os projetos podem ser mudados, mas invista nos projetos. Nos seus projetos. E o projeto é sempre mais, mais. O céu é o limite. Não é porque alguém escreveu que tem uma deficiência intelectual. Não é que tem uma pessoa que, se não andar até tal época, ele não vai andar mais – alguém escreveu isso – que não pode. Você vai investir no projeto para ele andar, melhorar a marcha com auxílio. Eu fui aprendendo cada vez mais. E eu sou um grande privilegiado de poder estar nessa *vibe* junto com vocês, e continuar investindo nos meus projetos junto com vocês. E olha que eu tenho muito projeto.

Muito obrigado, gente, Deus abençoe a todos. E que vocês continuem sendo essas pessoas especiais. Porque para eles é muito pouco o que eu for falar aqui para eles. É muito pouco. Então, nem vou me direcionar diretamente para eles porque é muito pouco. Vocês são “os caras do Roberto Carlos”. Um abraço para todo mundo. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Obrigado, Doutor Marcos Antônio pelas palavras. E que nós possamos ter os nossos projetos de vida.

Eu antes de passar aqui para a próxima oradora – que é a Flaviana Tertuliana, mãe atípica –, eu quero convidar aqui à frente, pode ser aí na galeria mesmo, o Gabriel Meirelles Cadê o Gabriel Meireles? Chama o Gabriel aí. Vem aqui, Gabriel. Não tenha vergonha não, a tarde é de vocês. Eu quero

que o pessoal aqui da nossa mídia, daqui para lá, faça uma fotografia. Eu quero convidar a todos. O Gabriel vai vir aqui na frente. Hoje é aniversário do Gabriel. É uma pessoa com Síndrome de Down que está fazendo aniversário, e quer que cante parabéns para ele. Nós vamos... E depois do evento, Gabriel, você está convidado, junto com todos vocês, a participar aqui de um coquetel oferecido pela Casa, um coquetel bem gostoso, bastante lanche, bastante refrigerante.

Vem aqui, Gabriel, vem aqui na frente para a gente cantar um "Parabéns a Você". O coquetel é daqui a pouco, vai ser em homenagem ao Gabriel, que está aniversariando e a todos vocês. Todos vamos ficar de pé para cantar parabéns para o Gabriel?

(Homenagem ao aniversariante)

O SR. DELEGADO CAMARGO - Viva o Gabriel!

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Viva! Parabéns, Gabriel! Parabéns a toda a família! Que Deus continue abençoando grandemente! Que o sonho de vocês sejam todos realizados! Parabéns!

Quero convidar a nossa palestrante Flaviana Tertuliana, mãe atípica, com formação em Serviço Social, pós-graduação em Psicopedagogia, pioneira na busca pelos direitos das crianças com deficiência. O seu relato será com o tema "A Síndrome de Down e seus desafios".

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS - Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer a disponibilidade de

vocês estarem aqui para falar sobre um assunto que não é nenhuma novidade. É sempre uma repetição de fala. Talvez eu tenha vindo para esse mundo para repetir algumas coisas, e que são realmente necessárias.

Eu pedi para passar um *slide*, porque fica mais fácil de as pessoas entenderem quando elas estão visualizando. E aí, a gente vai passear um pouquinho pelas nossas dificuldades, que para todos aqui, os que estão sentados à Mesa, não são nenhuma novidade, e muito menos para quem está sentado na plenária.

É necessário a gente entender que existe um calendário que fala sobre algumas questões da pessoa com deficiência. Eu sou defensora de respeitar a forma como eles gostam de ser chamados, e como o Doutor Marcos aqui repetiu várias vezes, com todo o respeito e o amor que ele sabe que eu tenho por ele – aliás, todos os palestrantes aqui –, ele tem, sim, um encontro na minha vida junto com a minha filha, e eu preciso falar que todas as pessoas com deficiências não portam nenhuma deficiência. Assim como eu chego aqui à Assembleia Legislativa e vejo, lá na frente do elevador “portadores de deficiência”.

Nós precisamos modificar as nossas terminologias, os nossos termos, porque cada pessoa que entra no elevador e começar a ler “pessoas com deficiências” automaticamente vai se mudar essa questão. Porque se eles, em 2015, decidiram que são “pessoas com deficiências”, em respeito, que é base de tudo, devemos fazer o que eles decidiram. Eles são “pessoas com deficiência”.

E eu sou mãe de duas pessoas com deficiência. A presença do Doutor Marcos aqui tem, sim, um motivo. Quando eu cheguei em 2005 aqui em Porto Velho, Rondônia, eu demorei um pouquinho para entender que eu estava em um local que não

proporcionava nada para as pessoas com deficiência. E quando eu falo "nada", é nada. O Ministério Público foi a minha segunda casa aqui na cidade de Porto Velho. Nunca fui ao Ministério Público para receber uma negativa ou falar que eu estava alienada, querendo um mundo perfeito, como eu escuto várias vezes as pessoas falarem.

A questão, naquele momento, naquela época, era sobre o passe livre. Quando você é mãe de uma pessoa com deficiência, você se torna também pesquisadora, cientista, e por aí vai. Eu trouxe para a empresa que fazia o Passe Livre e ela veio me falar que a lei federal era uma coisa e aqui em Porto Velho não funcionava dessa forma.

Foi a minha primeira visita ao Ministério Público, porque eles queriam me oferecer 30 passagens no cartão para eu andar no coletivo. A Maria Clara e o Lucas iam para a escola, iam de segunda a sexta para a fisioterapia, em locais diferentes e eu precisei ter a carteirinha de livre acesso. Algo tão simples na minha cidade. Nasceu, vai lá, faz a carteirinha de livre acesso. E foi através do Ministério Público, que na época a empresa se chamava "Sete", se eu não estou enganada, eles foram obrigados a fazerem a carteirinha de livre acesso.

Para completar, eles disseram que a do Lucas, que ele já tinha seis anos, faria a carteira, mas a da Maria Clara, que tinha quatro anos, eles não poderiam fazer a carteirinha. E eu fui novamente no Ministério Público. O Ministério Público fez uma recomendação para eles e desde esse momento eu comecei utilizar aquilo que era direito dos meus filhos.

E teve um detalhe que hoje a gente até sorri com essas questões, mas a pessoa que fez carteirinha deles falou assim: "A senhora conseguiu, mas não espalhe para ninguém". E eu simplesmente cheguei na faculdade que meus filhos faziam

terapia e que tinham uma quantidade bem elevada, espalhei a notícia, porque é necessário que se entenda que o que é direito precisa ser efetivado.

Os nossos filhos não vão se desenvolver se eles não tiverem acesso e oportunidade. A partir do momento que uma criança nasce, ela já é um ser com direitos. É o que fala a nossa Constituição. É obrigação do Estado essas garantias. E o que a gente recebe do Estado? A gente recebe, muitas vezes, "vou lhe receber, vou lhe escutar".

Nós não queremos mais falar, nós não queremos mais ser escutadas, nós não queremos mais tapinha no ombro, nós não queremos nada disso. A gente precisa entender, como mãe, como pai, que não podemos desistir, porque essas questões que o Poder Público nos coloca é simplesmente para que a gente se canse e desista.

A gente, hoje, está aqui falando pela última vez, porque, acredito eu, que tudo que a gente falou já é o suficiente para que todo mundo entenda que a pessoa com deficiência precisa ser assistida em todos os seus direitos. Mas, hoje estamos aqui falando sobre a pessoa com Síndrome de Down. Eu não posso falar da pessoa com Síndrome de Down sem falar de outras deficiências.

Está aqui o Doutor Marcos, para não me deixar mentir, a Maria Clara tem Síndrome de Down, mas a Maria Clara tem TEA (Transtorno do Espectro Autista), a Maria Clara tem surdez bilateral, tem apraxia da fala, tem hipotonia severa e tem uma deficiência intelectual. Por que a Maria Clara não se desenvolveu? Foi porque ela não recebeu aquilo que precisava receber? Pelo contrário, a Maria Clara, aos 15 dias de nascida, entrou em uma escola chamada Ulisses Pernambucano, a antiga escola especial. Como na época – Maria Clara tem vinte anos – recebeu, com 15 dias de nascida, a

estimulação precoce, que é uma equipe multidisciplinar que vai estimular essa criança e acompanhar o seu desenvolvimento, para que quando ela chegue na escola ela consiga acompanhar todo aquele universo da educação.

No nosso Estado não existe estimulação precoce. E não venha me falar que em tal lugar é oferecido, porque não é. Quando a gente fala de um método, quando a gente fala de uma terapia, nós precisamos estudar e entender do que se trata.

Estimulação precoce não é só para Síndrome de Down. Estimulação precoce é para todas as crianças que tenham atraso. Está aqui a Graci, que ela pode falar, Doutora Graciely. E que também não pode ser 20 minutos de terapia, uma vez por semana. A estimulação precoce se trata de quatro horas diárias de segunda a sexta, com os pais participando, para que eles aprendam a desenvolver essa criança em casa.

Lógico, se essa criança recebe quatro horas de terapia com essa equipe multidisciplinar, esses pais precisam estar inseridos para que quando chegue em casa não coloquem a criança no berço ou em uma cadeirinha. Esses pais também precisam ser instruídos para que eles entendam que o papel deles não é só de pais. É quando entra a sobrecarga de toda mãe aqui, que eu não posso deixar de falar.

Todas as mães começam a aprender a ser enfermeira, a ser fisioterapeuta, a "fono" da sua forma. Elas são as principais observadoras das necessidades dos seus filhos. E é necessário que todos entendam – os profissionais – que a gente não está aqui para atrapalhar. Nós estamos aqui para agregar e para compartilhar e para contribuir, porque os nossos conhecimentos podem não ter base científica, mas têm base de vivência.

E o que conta para os nossos filhos é o que eles estão vivendo. A Maria Clara é uma adulta, vamos dizer assim.

Lógico que toda mãe aqui sabe que a gente também luta para que a gente não coloque eles dentro de uma bolha e que a gente superproteja, porque o mundo também pertence a eles. Mas, a Maria Clara tem um irmão – que todo mundo também aqui, acho que a maioria sabe – que tem paralisia cerebral e que ele alcançou, sim, essa autonomia profissional, como todo mundo sabe.

O Lucas também fez estimulação precoce, mas ele não tem Síndrome de Down. Mas, ele foi uma criança de UTI. Ele foi prematuro. Então, é necessário que se entenda que quando se luta pelos direitos da pessoa com deficiência, nós precisamos olhar para todos. Não coloquem políticas públicas ou oferecimento de serviço no Estado de Rondônia como se existisse a deficiência “leve” – aí vai com todo mundo, que é como o Lucas se descreve. “Eu consegui alcançar porque a minha deficiência era “leve”, não porque eu recebi a inclusão que era de direito meu.”

Então, aquele que pode se encaixar dentro dessa inclusão, ele vai, ele segue, mas aquelas pessoas que precisam de mais ferramentas, serviços, instrumentos, profissionais de qualidade, ele paralisa. Quando você olha para uma pessoa com Síndrome de Down, uma pessoa com TEA, uma pessoa com paralisia cerebral você está olhando para a deficiência deles. Você nunca olha para a capacidade. Porque, na verdade, o que nós temos de deficientes são todos os serviços oferecidos pelo poder público.

A educação é deficiente, a saúde é deficiente, a assistência social é deficiente. A única coisa que não é deficiente são os nossos filhos. Eles têm capacidade e eles têm o direito de se desenvolver.

Eu gostaria que passasse o slide só para a gente fazer um passeio na vida da Maria Clara. E tem algumas coisas que

eu quero falar, também, de bom que existe no Estado de Rondônia. É necessário que as pessoas entendam aqui que eu sou defensora não só da minha filha que tem Síndrome de Down; eu defendo qualquer pessoa que tenha qualquer deficiência e qualquer necessidade.

(Apresentação de slides)

A Maria Clara nasceu no dia 24 de abril de 2002. A Maria Clara fez estimulação precoce com aquela fotinho lá aos 15 dias de nascida. Ao nascer, a própria pediatra olhou para minha filha com olhar de desprezo. E ela falou que a minha filha tinha nascido com anormalidade e – como o Doutor Marcos falou – a primeira coisa que ela jogou, eu ainda na sala de parto, que a minha filha poderia ter uma cardiopatia e poderia não sobreviver. Porque também a Síndrome de Down era dessa forma.

Ter um filho com Síndrome de Down também era a chance de você perder ele a qualquer momento, não por ele ter essa patologia, mas porque às vezes vem acompanhado com algumas surpresas. A cardiopatia é primordial. Parece que ela atinge acho que 90% das crianças com Síndrome de Down. E existe também uma deficiência no nosso Estado. Vocês sabiam que a criança sai daqui para fazer uma cirurgia via TFD (Tratamento Fora de Domicílio) e depois que volta ela não tem o profissional para acompanhá-la? E ela fica à mercê de uma pediatra, de um clínico ou de ninguém, porque também o profissional de pediatria também é escasso no nosso Estado.

A criança com Síndrome de Down que faz uma cirurgia tão séria precisa ser acompanhada. E a gente não tem esse profissional. E os que têm é pela rede privada, e a maioria das mães não conseguem pagar. E quando ela volta para o TFD para tentar fazer um TFD e voltar para o profissional que fez essa cirurgia, o TFD é negado, porque a gente não pode

sair de Porto Velho, de Rondônia para fazer uma consulta em outro Estado e está correto. São gastos desnecessários. Muita coisa é desnecessária, mas continuam repetindo e fazendo, cometendo os mesmos erros.

E a Maria Clara também, entrou na hidroterapia aos seis meses, conhecida como natação para bebês, e ela nadava. E ela nadou até os quatro anos de idade dela, até eu chegar em Rondônia e descobrir que também, o profissional de natação não tinha competência de trabalhar com a minha filha. A criança de quatro anos que atravessava uma piscina de um lado ao outro, apenas tendo suporte de um profissional, que conseguia respirar debaixo da água e que nadava que nem um peixinho, ela regrediu, porque também, a pessoa com Síndrome de Down e com várias patologias, ela tem suas regressões. Não é estimulado, é perdido. E mais uma vez, o Estado de Rondônia foi falho com a minha filha.

Então, a Maria Clara teve algumas conquistas. Aquele rapazinho lá, ele é o João Vitor, filho da Edilza. Conheço o João Vitor, a idade que eu moro em Rondônia. Conheci ele com dez meses. Hoje, eu estou usando uma calça roxa porque esse mês é o Mês de Conscientização da Epilepsia. Vocês sabem que a maioria das pessoas com deficiência também são acometidas a essa enfermidade, a epilepsia. O Doutor Marcos também é o médico do João Vitor, e o João Vitor já chegou a ter várias crises, inúmeras, 100 por dia. E cada crise que o João Vitor teve, por não ter o profissional adequado na época, fez com que o João Vitor não conseguisse o tão esperado e tão sonhado, que é a mãe dele desejou - o andar. O João Vitor tem Síndrome de West.

Aquela foto ali, nós participávamos, antes da pandemia, de uma Conferência da Criança e do Adolescente. E aí, a gente teve que lutar para que eles fossem representantes como

delegados, nessa Conferência. E foi negado esse direito porque me falaram que os dois não eram verbais.

Então, eu e a Edilza entramos com um processo dentro da Conferência e fizemos, não deixamos ninguém quieto, até provar que os dois tinham direito. Eles foram para a Conferência Estadual, saíram como delegados. Foram para a Conferência Nacional, que iria acontecer em Brasília. Eles são as primeiras pessoas com deficiência a serem delegados de uma Conferência no Estado de Rondônia.

E se a gente não tivesse conhecimento, e lutasse, e acreditasse nos nossos filhos, também teriam tirado esse direito deles.

A Maria Clara monta a cavalo, faz equoterapia há muito tempo e foi um tratamento que eu consegui via judicial, em 2011, e para todos aqui, não é só - para que todos entendam -, não é só a gente judicializar, um juiz assinar, que ela tem direito a fazer o tratamento da equoterapia por tempo indeterminado, porque também é negado. Enquanto eles pagam seis meses de equoterapia, eles passam um ano, para fazer a tal da cotação, para escolher a empresa e pagar.

Então, de 2011 a 2023, a Maria Clara, pode-se dizer, que fez cinco anos de terapias. Então, mais uma vez, a minha filha foi lesada no Estado de Rondônia. A equoterapia também é um tratamento que foi judicializado, e assim como a equoterapia, ela foi negada.

Aqui embaixo, tem a foto dela vestida do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), e esse foi um momento de independência dela. Ela decidiu que queria fazer o Proerd. E o policial, na época, disse que a Maria Clara não precisava participar das aulas. E eu disse "ela vai participar, porque é o que ela quer." E a Maria Clara participou de todo o PROERD, e está ali a foto

comprovando que ela sabe decidir também, aquilo que ela deseja fazer. Pode passar.

O ambiente escolar, vamos dizer, que é o desejo de qualquer mãe que os seus filhos tenham uma educação de qualidade e que eles se desenvolvam, porque, afinal, a educação é a fonte de tudo, e a Maria Clara não passou tanto tempo na escola, por "N" questões. A questão do professor auxiliar, conhecido profissional de apoio, e tudo mais, que a gente chegou até aqui lutando e a gente ainda continua lutando, por algo que parece um sonho tão distante, mesmo depois de tantas lutas. E a Maria Clara passou, está ali, ela sempre com o João Vitor, e à Maria Clara muitas vezes foi negada de ir para a escola ou mandavam buscar a Maria Clara no horário reduzido por conta da falta do profissional, e, ainda continua acontecendo tudo isso.

Criança com deficiência vai para escola e é mandada voltar para casa, quando não tem um profissional. Isso acontece até hoje, não é algo que passou. E, eu passei um ano morando em Goiânia, e a gente vê outras realidades. Quando eu voltei pra Ji-Paraná, ainda estávamos naquele processo da pandemia, que se dava pra participar ou não, e eu encontrei uma escola que tinha um perfil, que, eu desacreditei que iria acolher a minha filha dessa vez. Eu não acreditei.

E aí a Doutora Graciely disse: "Vai lá, conhece. Você vai gostar." E por incrível que pareça, a escola Tiradentes de Ji-Paraná do Segundo Distrito é uma escola inclusiva. Ela é uma escola que tem profissionais que aceitam qualquer pessoa com deficiência. Ela tem nos seus objetivos, incluir a todos. A Maria Clara passou pouco tempo na escola. Mas, antes de ela chegar na escola, já tinha um profissional à espera dela. A Maria Clara tinha uma Sala de Recursos. Ela

teve tudo aquilo, que eu passei quase 18 anos lutando aqui em Porto Velho.

E é incrível, pois, quando eu cheguei aqui em Porto Velho, eu fui procurar a instituição escola, o Colégio Tiradentes e a resposta foi bem diferente. Nem sequer me ouviram, e ainda falaram que a Maria Clara para entrar dentro da escola Tiradentes precisa fazer uma prova.

Aí eu fui falar sobre as suas limitações, e simplesmente me falaram: "Ela faz prova com apoio." Se negar matrícula é crime, por que algumas escolas continuam negando? Por que a gente não recebe o mesmo tratamento em uma escola do mesmo Estado e do mesmo segmento? Onde a gente está errando? Onde está falhando essa comunicação? Por que uma escola de município funciona desde a portaria das pessoas que recebem as crianças, das merendeiras, do gestor, dos professores, e outras escolas não são dessa forma?

Existem alguns absurdos que a gente não consegue entender, pois, se trata da mesma gestão. E aí a gente, mais uma vez, começa a enviar todas as nossas questões para o Ministério Público, ou a gente judicializa e vai para Defensoria Pública.

Esse movimento de correr atrás do que é de direito cansa, sobrecarrega. Como é que eu vou continuar buscando direito, que respeite o direito dos meus filhos, se é direito? Direito tem que ser garantido. Pode passar, gente.

E aí a gente vê as profissionais, a Fátima, que a gente conhece como Fatinha lá em Ji-Paraná, na escola Tiradentes do Segundo Distrito e a Natália que é a profissional que ficou com a minha filha um período. E todo esse trabalho que elas faziam, elas acreditavam na Maria Clara. E, tem uma coisa bem particular, é que eles não fazem automático ou só para aparecer.

A Maria Clara participou de toda a construção também do seu aprendizado falando aquilo que desejava. Tinha hora que a Maria Clara queria levar a maquiagem, tinha uma hora que tem uma fotinho bem aqui ela pintando as unhas, coisa que em casa Maria Clara não fazia. Mas, dentro da Sala de Recursos, por uma questão de respeito àquilo que naquele momento uma moça, uma adulta de 20 anos, desejou fazer, a professora adaptou dentro da aula, pintando a unha, mas explicando a ela a cor que ela estava pintando a unha, a cor que ela escolheu.

Então, é necessário que todos os profissionais entendam também que essa construção de como eu quero aprender, eles também devem ter essa autonomia. Não é porque uma criança não fala que ela não sabe se comunicar. Não é porque uma criança não tem vaidade, que a gente não precisa estimular. E os profissionais, os professores, eles também nos ensinam a abrir essa asa que eu tento proteger a Maria Clara.

E aí a Maria Clara começou a ter outros comportamentos, porque, querendo ou não, eu também preciso aprender nesse contexto, que a Maria Clara é uma adulta, ela não é mais criança. Mas, como a Doutora Graciely falou: "A Maria Clara não teve a oportunidade de ter grupos de pessoas como ela, com outras deficiências para ir ao cinema, para ir a uma pizzaria, para ter convivência com outras pessoas, com as mesmas limitações ou não."

A gente, sempre quando tem as crianças, a gente se pergunta: será que a vida dos nossos filhos é apenas escola e terapia? A gente nunca se preocupa com esporte, lazer, cultura. A gente não se preocupa com essas coisas. E é necessário.

E quando a gente trouxe para o Deputado Cirone a questão do Projeto LIA (Lazer, Inclusão e Acessibilidade) e que até

hoje nós estamos esperando os brinquedos nessa praça, que fica ali perto do shopping, que era para ter brinquedos que pessoas com deficiência, crianças com deficiência, participem. O Projeto LIA é um projeto lindo – ele está espalhado em todo Brasil – e também dá oportunidade de crianças com deficiência serem crianças. E a gente lá em outros lugares, a gente vê que os brinquedos também são voltados para desenvolvimento de pessoas que têm autismo, desenvolvimento para pessoas que têm deficiência intelectual – como a minha filha, deficiência intelectual severa –, pessoas cadeirantes que nunca entraram em um balanço porque não cabe no brinquedo a sua cadeira de roda.

Então, é necessário que, no momento que a gente vai tratar de algo, ou que a gente já vai programar, planejar, construir, a gente já coloque as pessoas com deficiência dentro desse contexto.

Na minha primeira Audiência eu falei – isso foi no município, na Câmara de Vereadores – as pessoas com deficiência não são à parte do mundo. Elas fazem parte desse mundo. E é necessário que, a partir do momento que se tenha decisões a serem tomadas, não comece essa divisão de – pode passar o *slide*, por favor – “eu vou fazer algumas situações que excluam um e que dê direito ao outro”, porque isso enfraquece todo o desenvolvimento de todas as pessoas com deficiência.

Esse é sobre alguns eventos espalhados no país. E a gente percebe que o Estado de Rondônia também não estimula nenhuma data do calendário da pessoa com deficiência. Então, é necessário que se ofereça conscientização, sensibilização. Porque só se muda uma sociedade com atitudes. E essas pessoas precisam saber como que vai fazer.

Ter conhecimento é a base de tudo. Educação é a base de tudo. E a sociedade também precisa ser educada. A gente precisa desconstruir uma sociedade preconceituosa, capacitista, onde coloca o deficiente em um lugar inferior aos seres humanos. Eles não são inferiores. Eles têm os mesmos direitos que todas as pessoas com deficiência. Pode passar.

E aí tem duas leis – vamos falar assim – no nosso Estado. Uma é que a pessoa com deficiência não vai se curar da sua deficiência. E aí a gente vai o tempo todo nos consultórios médicos, o Doutor Marcos já deve estar com calo no dedo de tanto laudo que ele já escreveu na vida, e que a gente continua pedindo. Por quê? O laudo é permanente. A deficiência dos nossos filhos não vai mudar. Quem é autista vai continuar autista. Quem é Síndrome de Down vai continuar Síndrome de Down. Quem tem paralisia cerebral vai continuar.

Então, a gente precisa de um laudo permanente. Essa questão de “escola está pedindo”, de “todos os órgãos estão pedindo laudo”, ao invés da gente estar focada nos projetos – como o Doutor Marcos falou –, os projetos, que são os nossos filhos, os seus desempenhos, a gente está lá enchendo o saco dos médicos para estarem fazendo laudo.

Outra questão também que me deixa muito... Nem vou dizer que é com raiva. Mas, o Estado de Rondônia tem um RG para autistas, enquanto a lei diz que o RG é para as pessoas com deficiência, onde os autistas também estão incluídos. Essa partilha não leva ninguém a nada. Porque, se essas questões estivessem trazendo frutos, a AMA (Associação de Amigos do Autista) teria hoje o maior centro dela para estar atendendo todos os autistas de Porto Velho, que estão aí à mercê com a falta de centro de reabilitação, como todas as pessoas com deficiência.

Então, esse pensamento de estar buscando políticas públicas, ferramentas, serviços, individualizando a categoria das pessoas com deficiência, não fortalece ninguém, porque perde a pessoa que tem TEA, mas também perde todo mundo.

Eu me deparei, como eu estava vindo de Ji-Paraná para Porto Velho, me mandaram um *link* no grupo para que eu pudesse fazer uma pré-matrícula da Maria Clara. E aí eu vi que lá no sistema da Seduc, em um *link*, tinha apenas uma classificação do grupo dos alunos com deficiência, TEA. E eu questionei. Questionei até no Tribunal de Contas. E foi aí que me veio a resposta. Alguém aqui conhece a lei de cotas para os alunos que têm TEA? No nosso Estado existe.

Mas, se a educação é direito de toda criança, por que a gente vai precisar de cota? Educação é direito de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos com ou sem deficiência. Se a Constituição diz que a gente tem direito, eu não posso, como mãe, acreditar que a gente vai perder tempo fazendo cota, porque, a partir de hoje, se existir uma cota para alunos com TEA, nós vamos começar a exigir nesta Casa de Leis que exista cota para os alunos com Síndrome de Down, alunos com epilepsia, alunos com doenças raras.

Será que não se percebe que esse gasto de energia, esse gasto de tempo, em vez de ser focado em coisas precisas, a gente está desgastando e perdendo muito tempo? As mães de autistas não estão na frente das mães de outras deficiências, porque os filhos delas não estão sendo acolhidos. Da mesma forma que nenhum filho aqui está sendo acolhido. Porque uma pessoa com deficiência, para ter os seus direitos garantidos, ou essa mãe vai passar a vida inteira como eu – 18 anos de Rondônia, 23 anos de luta – ou ela vai precisar ganhar muito dinheiro. Ela precisa ter muito dinheiro. E não pense que lá nas escolas privadas elas vão ter o privilégio de ter uma

educação inclusiva de qualidade continuada. Isso é pura ilusão também.

Então, é necessário que a gente comece a fazer parte, não só as Mães Coragem. A gente fala que toda mãe, sendo ela das Marias, sendo ela das Mães Atípicas, sendo ela das Mães Coragem, ou apenas ela sendo mãe, ela tem direito de estar nessa construção de políticas públicas para os seus filhos. Pode passar o *slide*.

E sem os professores, sem a Secretaria da Educação, sem a Saúde, SEMUSA (Secretaria Municipal de Saúde), SESAU (Secretaria de Estado da Saúde), sem os profissionais que aqui estão, sem o Ministério Público, que a gente honra e louva a Deus por existirem promotores competentes lá dentro, que se sensibilizam e que nos escutaram e entenderam que não estamos pedindo um favor, porque educação não é favor, e educação inclusiva muito menos.

Então, a gente pretende continuar construindo, e construindo junto, mas a gente, hoje, encerra aqui o nosso direito de fala. Nós não queremos mais participar de Audiência Pública, chegando aqui, e eu ou qualquer outra mãe tendo que estar pincelando todas as situações dentro do Estado de Rondônia.

A gente quer sentar naquela plenária, a gente quer ouvir ações, a gente quer ouvir resultados. A gente não quer essa segregação de pensamentos onde acham que a divisão do grupo de pessoas com deficiência vai garantir alguma coisa, porque ela não vai garantir. Ela não vai garantir, ela só vai enfraquecer.

E não adianta me dizer que no Estado de Rondônia as pessoas, os alunos que têm TEA estão recebendo a melhor educação, a melhor saúde, a melhor assistência, porque eu

acompanho mais de mil mulheres no Estado de Rondônia e sei que nenhuma delas está recebendo isso.

Da mesma forma que a gente recebeu o resultado do Tribunal de Contas, em que eles constataram que tudo que foi falado durante esses anos todos não era mentira. Porque a gente que está há muito tempo na luta já recebeu alguns termos pejorativos, como "as alienadas", "as loucas", "elas não têm o que fazer", "está bom de procurar uma lavagem de roupa", porque a gente corria atrás dos direitos dos nossos filhos.

Então, o Tribunal de Contas comprovou. E está tudo lá, bonitinho, escrito o quanto que o Estado de Rondônia deve às pessoas com deficiência. Eu ouvi essa semana, e eu não vou falar quem falou, porque eu não pedi a permissão, mas a pessoa falou que o Estado de Rondônia tem uma dívida histórica para com as pessoas com deficiência. E isso não é mentira. E quem falou não falou por acaso, porque sabia exatamente o que estava falando.

Quando o Estado contrata uma pós-graduação que custa R\$ 2 milhões e quanto, Heline? São R\$ 2 milhões e 200 mil para capacitar 900 profissionais, 30% vai ser para os municípios. Ele coloca um tal do método que, independentemente de ser considerado "bambambã", ou sei lá o que... Ele também exclui.

Como vai se colocar uma pós-graduação para trabalhar com pessoas com deficiência, sendo que o método só vai amparar uma deficiência? E outro agrave: como vai se colocar uma pós-graduação de um ano, um ano e meio, é isso? Isso. E outra coisa, se o Tribunal de Contas deu um prazo para que o Estado, Seduc, ela devolva o que elas estão fazendo para amparar os alunos com deficiência. E me coloca uma pós-graduação que vai custear esse valor todo, R\$ 2 milhões e 200 mil. E a gente percebe que vão ser 900 profissionais

durante um ano e meio estudando por algo que não vai abranger todos os alunos.

E, se dentro da escola existem necessidades primordiais, nós não temos Salas de Recursos em todas as escolas do Estado de Rondônia. Nós não temos a tecnologia assistiva. A gente não tem outros aparatos que vão acolher e vão desenvolver todos os alunos. Então, ele vai passar um ano e meio estudando e a Seduc vai chegar aqui e dizer que está fazendo algo, que está oferecendo uma pós-graduação em que 900 profissionais estarão estudando. Mas, aqui, o objetivo são os profissionais a serem capacitados ou a qualidade de ensino de educação inclusiva em que os nossos filhos, pessoas com deficiência, devem estar recebendo?

Então, são coisas que não adianta estar planejando sem inserir a mãe, sem ferir aquela pessoa que realmente entende das necessidades do seu filho. Então, não me venha aqui, quando chegar no dia da Audiência para dar a resposta que a Seduc está fazendo, ela vir me dizer que ofereceu uma pós-graduação para 900 profissionais que nem vão estar com os nossos filhos. Porque, quando se chega na escola estadual, eles não têm apenas um único professor. Eles são professores de cada disciplina. Quem tem que ser capacitado são profissionais que vão trabalhar diretamente com esses alunos.

E outra coisa, não adianta dizer que tem uma Sala de Recursos em uma escola e a outra não tem. Onde a gente vai ter um aluno com deficiência visual e não tem o braile? Onde a gente procura ferramenta para uma criança que não fala, não tem a tecnologia que ela necessita.

Então, é necessário que se conheça coisas que vão desenvolver os alunos. Não venha lá com essas técnicas que vêm lá não sei de onde, que estão fora da nossa realidade.

Ofereçam o básico. O básico é a estimulação precoce, Salas de Recursos, profissionais de apoio que são capacitados para trabalhar. E essas capacitações que não – talvez eu iria falar uma palavra que não cabe aqui – que oferece capacitação para profissionais que trabalham na inclusão, mas a capacitação é apenas para uma patologia, esse profissional não está fazendo uma inclusão. Ele está fazendo segregação.

O profissional que vai trabalhar deve ser capacitado para pessoas, para os alunos com deficiência. E depois a gente vê os absurdos na televisão, nos jornais e aí “eu estou fazendo e estou acontecendo”. Mas, enquanto esse pensamento e essas atitudes de todos nós, família, poder público, sociedade não tivermos o mesmo pensamento, o mesmo segmento, nós estaremos nadando para morrer na beira do mar, na praia, porque não vai – não sou muito boa nisso, não, mas é na praia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Flaviana, por gentileza, eu gostaria que você fosse mais sucinta, porque tem vários para falar ainda e as pessoas estão bem cansadas.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS – Já vou terminar. Mas, as mães não estão, porque eu estou aqui falando por elas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Só seja mais sucinta. Só para ser mais sucinta.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS – Hoje, eu me despeço desse local de fala e nas próximas Audiências

Públicas não me darei mais o trabalho de estar aqui falando por algo que todo mundo já conhece. Estarei sentada esperando ações e soluções para algo que já existe há muito tempo e todo mundo só vive fingir ouvir e não escuta, e não tem nenhuma atitude com os nossos filhos. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigada, Flaviana pela participação.

Eu quero pedir aqui ao pessoal do nosso jurídico que depois pegue a fita dessa Audiência nossa aqui, e vamos fazer todas as ponderações que foram apontadas aqui pela dona Flaviana. Inclusive solicitando à Seduc informações sobre esse processo que foi "startado" em relação a essa capacitação. Eu tenho informação que essa capacitação foi feita por EAD. Eu também não consigo entender como é que nós vamos profissionalizar as pessoas dentro de uma Secretaria simplesmente por um trabalho remoto. Então, eu acho que nós precisamos, sim, rever.

Está aqui a representante da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, a Natália, que está com a missão agora de trabalhar essa dentro da Secretaria, Natália, que já leve esse assunto para a nossa Secretária.

Nós temos o pedido também do mediador pedagógico. Nós estamos trabalhando para isso. A Secretaria está fazendo esse estudo, mas nós estamos há algum tempo já pedindo à Secretária Ana Pacini, que possamos também rever.

A questão dessa segregação das tipologias da deficiências, tem total razão a nossa palestrante, porque, se são deficiências, são deficiências para todos. Se é uma identidade para um, tem que ser uma identidade para todas. As pessoas têm que parar de segregar e de separar, querer

fazer bloquinhos de cada deficiência. Daqui uns dias nós estamos só com bloquinhos de deficiências e não temos efetividade.

Então, quero pedir a nossa assessoria jurídica que façamos todos esses levantamentos e, tanto eu quanto o meu colega Deputado Delegado Camargo, nós vamos estar aqui bastante atentos e fazendo com que tenha resposta, realmente, desses encaminhamentos feitos aqui nessa Audiência.

Eu quero solicitar ao Deputado Delegado Camargo que tome posse aqui da Presidência e me passe a palavra para usar a tribuna.

(Às 17 horas e 26 minutos o Senhor Cirone Deiró passa a Presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Com a palavra o Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Senhor Presidente Deputado Delegado Camargo; a todos os componentes aqui da Mesa. Quero fazer aqui também a minha autodescrição.

Nós temos aqui a Presidente da Associação das Pessoas com Deficiências Visuais do Estado de Rondônia, ou baixa visão.

Sou uma pessoa loira, 1,70 de altura, pouco cabelo, olhos claros, barba no rosto. Estou vestindo um terno azul, camisa branca, gravata amarela em alusão ao Dia da Síndrome de Down.

Quero aqui dizer a vocês que desde 2019 quando entrei no meu primeiro mandato, no meu primeiro ano do primeiro mandato nesta Casa, recebi essa pauta das mães atípicas de Porto velho e de todo o Estado de Rondônia.

Nós temos feito um trabalho do dia a dia de estar buscando soluções. Eu vejo aqui a Flaviana, pessoa que sempre esteve aqui conosco, sempre trouxe essas pautas e nós sempre temos acolhido e ido buscar soluções, Deputado Camargo. Tanto é que, ela mesmo se referiu dentro do Estado, o Estado não sabia das pessoas com deficiência no Estado.

Fizemos junto ao GAEPE (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia), ao Tribunal de Contas deste Estado, o qual determinou alguns auditores dentro do Tribunal de Contas que fez todo o levantamento e as necessidades de políticas públicas e serem aplicadas no Estado de Rondônia a partir desse levantamento.

E esse encaminhamento foi feito aqui em uma Audiência Pública, nesta Casa, dia 21.11.2022, e foi enviado para as três Secretarias: Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde, para que fossem tomadas as providências.

E essa semana, já no início do nosso mandato, nós já fizemos um Requerimento solicitando a essas Secretarias quais as providências estão sendo tomadas, dessas recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Então, existe, sim, efetividade desta Casa. Eu sei que o Estado de Rondônia tem um débito histórico com as pessoas com deficiência. E eu tenho feito, nas minhas falas e por onde ando nesse Estado, esse reconhecimento dizendo que nós não podemos investir só em asfalto, em construção de prédios ou infraestrutura.

Nós temos que cuidar das famílias dentro do Estado de Rondônia. Essa é cobrança nossa como parlamentar. Vamos continuar cobrando do Executivo, do Governo do Estado de Rondônia, das autoridades para que possam fazer a diferença, sim, na vida dessas pessoas com deficiências, nas famílias dessas pessoas aqui dentro do Estado de Rondônia.

Quero aqui fazer as minhas saudações ao Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down, lembrado anualmente em 21 de março, representa uma oportunidade valiosa para reforçar a importância da inclusão e do respeito aos direitos das pessoas com essa condição genética.

Faço um agradecimento especial a amiga Flaviana Tertuliana, mãe atípica, com formação em Serviço Social e pós-graduada em Psicopedagogia, pioneira na busca pelos direitos das crianças com deficiência. Muito obrigado, Flaviana, por ter nos alertado sobre importância de realizarmos este evento.

Por isso, a realização deste evento, hoje, alusivo a esta data, é uma ocasião especial para destacarmos a trajetória das pessoas com Síndrome de Down, incluindo mães, familiares e instituições engajadas na luta pela garantia dos direitos de quem vive essa realidade.

Digo isso, porque é imperioso reconhecer o trabalho incansável dessas famílias na busca pela igualdade e inclusão social de seus filhos e familiares. No entanto, mais importante ainda é cobrar do Poder Público a execução das políticas de acesso à saúde, educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas com deficiência.

Nosso propósito com a realização deste evento alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down busca dar visibilidade as suas lutas e conquistas.

Acredito que por meio dessas iniciativas, fortalecemos a inclusão, a dignidade e valorização das pessoas com deficiência, que têm muito a contribuir para um mundo mais justo e inclusivo.

Nosso trabalho pela inclusão das pessoas com deficiência vem de longa data. No entanto, em 2019, como eu já disse há pouco, quando tomei posse no meu primeiro mandato, assumi o compromisso de mediar o diálogo entre as mães e a Secretaria de Estado da Educação, buscando soluções para o problema da falta de vagas para alunos com deficiência nas escolas.

O resultado dessa demanda que nós fizemos, que é a Auditoria do Tribunal de Contas do Estado para nortear as ações do governo nas áreas da educação para a implantação da Política Educacional das Pessoas com Deficiência.

Embora alguns possam argumentar que já organizamos muitos eventos desta natureza, acreditamos piamente que é nosso dever continuar a lutar pelos direitos desses cidadãos.

Sempre defendi que o bem-estar de cada um de nós depende fundamentalmente do bem-estar de todos nós. Portanto, enquanto houver um rondoniense impossibilitado de acessar seus direitos, estaremos ao seu lado, trabalhando incansavelmente pela garantia a inclusão, igualdade e pela justiça.

Este nosso sexto encontro, aqui nesta Casa de Leis, é mais uma oportunidade para trazer à tona a necessidade de ações e políticas que fortaleçam a inclusão das pessoas deficiência aqui no Estado de Rondônia.

E com essas palavras eu quero deixar sempre à disposição esta Casa de Leis para que nós possamos estar aqui estar cobrando as nossas autoridades e mais uma vez eu vou dizer:

cobrando o Governo do Estado, cobrando o Executivo para que possa implementar ações que, realmente, possam contribuir para as famílias do Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Cirone Deiró. Peço que Vossa Excelência assuma a Presidência para que eu também, de modo muito breve, possa fazer o uso da fala.

(Às 17 horas e 33 minutos o Senhor Delegado Camargo passa a Presidência ao Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Quero dizer a vocês que logo após nós teremos um *coffe break*. Aguentem, em mais alguns minutos nós estaremos encerrando essa Sessão.

Convido o Excelentíssimo Deputado Delegado Camargo para fazer o uso da fala.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Boa tarde a todos. Aqueles que ainda não me conhecem, sou Rodrigo. Delegado de Polícia de formação e atualmente Deputado Estadual, cumprindo uma missão.

Sou casado com a Larissa. Minha esposa até há poucos minutos estava aqui. Sou pai de quatro filhos. Aproximadamente uns dois anos atrás, nós começamos a perceber condutas fora da curva, digamos assim, do nosso filho mais velho. Para quem é desatento, desapercibido, poderia

compreender com uma criança mimada ou talvez que não tivesse controle das suas emoções.

E esse comportamento fora de curva, essa atitude comportamental nos causava angústia, porque nós víamos o nosso filho, com nove anos, ainda defecar nas calças. E isso apertava o nosso coração. Então, fomos atrás de profissionais para que tivéssemos uma resposta. E a primeira recomendação do pediatra, doutor, foi que nós procurássemos um neuropsiquiatra. Vocês sabem bem o que eu estou falando, começou uma verdadeira via sacra.

Não conseguíamos profissionais aqui neste Estado e, graças a Deus, fruto do meu esforço e da minha esposa – minha esposa é Juíza de Direito, sou Delegado de Polícia –, nós tínhamos condições de colocar a nossa família dentro de um avião e procurar o melhor tratamento neste país. E assim fizemos e conseguimos um profissional lá no Rio Grande do Sul. Só que qualquer exame, o doutor está aqui presente, para obter um laudo, seja de que natureza for, não é apenas uma consulta. São 10, 12, 15 consultas com um profissional e nós pagando, de forma particular, uma consulta, algo em torno de R\$ 600,00. Faço um cálculo rapidamente, já foram mais de R\$ 7 mil apenas em consultas com neuropediatra.

O neuropediatra encaminha para uma psicóloga infantil e lá se vão mais 10, 15 consultas. A isso agregado ainda alguns exames de imagens. Você vai colocando na calculadora e é uma conta sem fim. O esforço emocional para que você tenha um laudo para ter uma resposta é uma via sacra ainda para quem tem condições de custear do próprio bolso, imagina quem não tem.

Transcorridos praticamente dois meses nós conseguimos um laudo, pois não é possível nenhum acesso a políticas públicas se você não tiver um laudo para levar na escola,

ter uma avaliação diferente, um acompanhamento com monitor. E aí, nós começamos a correr atrás de políticas públicas. Sim, sou um pai atípico, tenho um filho portador de autismo e compadeço dos mesmos desafios que vocês.

E quando eu digo que vim aqui cumprir uma missão foi porque eu nunca me vi neste local. Nunca me vi. Mas, ainda na minha pré-campanha, recebi um convite da nossa ex, porém eterna Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, quando disse "Rodrigo, se você puxar ser embaixador da causa PCD em Rondônia para que possamos replicar as políticas do Governo Federal, para nós seria de grande valia." Eu digo: "Eu estou dentro, na trincheira."

E é por isso que eu quero te agradecer Deputado Cirone, por este momento espetacular. Que bom que você está na trincheira a mais tempo do que eu, mas eu chego aqui para somar forças com vocês com toda aquela resiliência que eu aprendi no Exército e na polícia. Ah, eu não desisto. Retroceder, para mim, só se for para recarregar.

Então, eu gostaria de dizer para todos aqui presentes que há poucos dias eu estive em Brasília e lá existe uma União das Assembleias Legislativas, existe um órgão chamado UNALE - União das Assembleias Legislativas. E perguntaram se eu tinha interesse em fazer parte de alguma comissão da UNALE. Eu falei: "Pelo amor de Deus, se tiver um espaço, quero fazer parte da Comissão de Defesa dos PCDs." E acreditem, a única que estava vaga, qual era? PCD. **(ininteligível)** Então, hoje eu me sinto muito honrado de estar aqui e poder compartilhar com vocês esses desafios.

E a querida palestrante, a Flaviana, dizia há pouco que nós precisávamos de resultado efetivo, não é Flaviana? Sair um pouco do discurso. Então, eu vou falar algumas coisas que eu já fiz desde que cheguei aqui para ti.

Eu, como um pai atípico, quando acessei o *site* da Assembleia não tinha nem noção do que já tinha e o que não tinha de legislação. Tu não consegues saber. Você falava há pouco, citou no *slide*, a validade do laudo do TEA, de cinco anos. Veja só, isso já foi reformado. Hoje o prazo é indeterminado. Já foi corrigido isso. Só que a sua informação está desatualizada, sabe por quê? Porque o *site* da Assembleia, da Casa do Povo não tem no *site* principal dizendo assim "Legislação PCD" a pessoa clicar e vir tudo organizado ali, a legislação compilada para que vocês, para que nós saibamos quais os direitos que nós temos.

Então, eu já apresentei um Requerimento, isso em Sessão plenária, foi aprovado e o prazo era 30 dias para implementação e ele ainda está em transcurso. Deixa comigo que eu cobro. Eu sou bom nisso. Nisso eu sou bom, eu vou cobrar. Então, isso já foi apresentado.

Segundo, assim que eu tomei posse, fui compor o meu gabinete de assessores e separado eu contratei dois PCDs. E hoje, lá em Ariquemes, dentro da minha assessoria tem um PCD cadeirante, e aqui – inclusive filho de uma tradutora de LIBRAS nossa, intérprete de LIBRAS – portador de autismo moderado também é contratado do meu gabinete para que eu me lembre todos os dias quando aqui eu chego que as pessoas existem, não apenas em casa, mas no trabalho.

Vou dar outra informação para vocês. Os deputados parlamentares, vocês sabem, têm direito a Emendas parlamentares, dinheiro que eles podem colocar. As minhas Emendas serão destinadas mediante edital. Estarei publicando agora para a população. Me digam onde querem. Quarta-feira eu vou abrir o edital das minhas Emendas parlamentares. E eu já destinei uma verba específica para a causa PCD em um edital separado.

Então, você que faz parte de uma associação, das APAEs, quarta-feira eu estarei lançando esse edital para que vocês possam trazer os seus projetos. E através de uma comissão a gente avaliar aqueles que terão mais resultados efetivos para a população. "Ah, deputado, eu não tenho" – prestem atenção aqui – "eu não tenho quem faça projeto, a gente está começando, a gente não tem uma associação." Anotem o número que eu vou falar agora, o nome dele é Vitor, número 9260-0933. Vou repetir: 9260-0933. Ele é meu assessor. E ele está com a função específica de ajudar as causas PCDs a construírem projetos para buscarem recursos públicos, não apenas no Estado, mas no governo, no município, que vocês não se tornem mais reféns de políticos e tem que vir todo ano aqui passar a bandeja pedindo apoio.

Ele vai ajudar vocês a construir projetos, capitanear recursos, executá-los e prestar contas. O nome dele é Vitor. E quem não pegou pode subir no 5º andar depois e pegar os dados comigo, no meu gabinete. Assessor para criação de projetos da causa PCD. Vitor o nome do assessor. O meu? Eu sou deputado.

Vamos lá. Só pra terminar aqui. Outra coisa que eu fiz também. Vocês sabem que pelo CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) as pessoas portadoras de deficiência têm isenção de ICMS até R\$ 70 mil para compra de veículos, correto? Vocês sabem que possui isenção. Ocorre que se vocês forem comprar qualquer veículo adaptado, eles custam mais de R\$ 70 mil. É por isso que houve uma alteração de R\$ 70 mil de isenção de ICMS para R\$ 100 mil, doutor. Só que essa diferença entre R\$ 70 mil e 100 mil, que dá R\$ 30 mil, está sendo pago ICMS.

Então eu protocolei. Quem quiser acompanhar esse Projeto de Indicação, eu vou passar o número, vocês podem

acompanhar. É o 221/2023, de minha autoria também. Foi protocolado.

Deixa eu dar mais resultado efetivo para vocês para não ficar só no discurso. Também propus e apresentei Requerimento, foi aprovado, para que o Estado diga qual é a quantidade de Salas com Recursos, Flaviana, que nós não sabemos hoje. Monitores, cuidadores e profissionais para atendimento da educação inclusiva. Deixa eu falar uma coisa para você. Repito: glória a Deus, eu tenho condições de pagar colégio particular. E eles também não estão preparados para isso.

Então, não estamos na diferença de você ter ou não ter os recursos. Não é disso que se trata. É um desaparelhamento e um abandono total. E eu sei o que vocês passam, porque eu vivo isso dentro da minha casa. Então eu cobrei isso do Governo do Estado. E repito: eu sou bom em cobrar.

Também estou terminando de redigir, para que nós possamos ter uma redução de jornada de trabalho para mães e pais atípicos. Como você bem falava, Flaviana, a terapia precoce exige ali uma dedicação dos pais de forma diária, não é só o terapeuta. Exige o acompanhamento do pai. E eu sei disso, eu vivo na minha casa. Os pais devem se envolver com isso. Até mesmo, muitas vezes, em razão do acompanhamento pós-cirurgia, como você colocou.

A igualdade a tratar os desiguais também de forma desigual. E é através desse projeto que eu acredito que até a próxima semana eu consigo finalizá-lo. Não estou tirando da minha cabeça, isso foi uma decisão de um Conselheiro Nacional de Justiça, lá em Brasília agora, que deu uma decisão judicial para que um servidor pudesse ter redução de jornada para acompanhar seu filho PCD. E eu vou trazer esse projeto e espero o apoio, Deputado Cirone, de Vossa

Excelência, para que esse projeto seja aprovado aqui e se torne uma realidade no Estado de Rondônia.

Por fim, eu gostaria de fazer um pedido antes de finalizar, e peço que vocês prestem muita atenção nesse pedido, porque esse pedido eu faço como um pai atípico. Por favor, não utilizem, não utilizem a linguagem neutra para as pessoas com deficiência. A mudança de grafia com o uso do "X" ou "arroba", dificultam a leitura. Pessoas com deficiência visual utilizam programas de computador para fazerem a leitura. E ficam afetadas, pois esses *softwares* não conseguem ler as palavras escritas dessa forma.

Da mesma maneira, a compreensão das palavras também pode ser comprometidas com a utilização do prenome ou do sufixo "E". Falas ou textos que fazem o uso desses termos podem ser muito mais complicados ou confusos para essas pessoas, que não estão acostumadas e que não tenham esse conhecimento. Só para vocês terem uma noção, a França é um dos países mais progressistas do mundo, onde lá possui uma Academia de Letras, ela proíbe o uso da linguagem neutra. Peço, por favor, não utilizem a linguagem neutra.

Por fim, eu gostaria apenas de fazer uma reflexão com vocês a partir daquilo que disse o Mestre dos mestres, o meu Salvador Jesus Cristo. João 9:1-3: "E passando, Jesus viu um homem cego de nascença e seus discípulos lhe perguntaram, dizendo: "Rabi, quem pecou: ele ou seus pais, para que nascesse cego?" Jesus respondeu: "Nem ele pecou, nem seus pais, mas foi assim, para que Deus manifestasse nele as suas obras." Que Deus manifeste em nossos filhos as suas obras. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Rodrigo Camargo pelas palavras. Só para conhecimento, todos

os servidores públicos já têm direito ao horário reduzido para quem tem uma pessoa com deficiência. E o nosso gabinete, juntamente com a ajuda da Heline, com a Major Márcia e demais componentes, fizemos também para a Força de Segurança do Estado, já existe essa lei dentro do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Muito obrigado. Eu só gostaria para a questão de ampliar, só para finalizar, eu acabei passando. Isso aqui é uma coisa muito importante: eu quero convidar Vossa Excelência, porque ainda amanhã ou no máximo na Sessão de quarta-feira, eu estarei protocolando nesta Casa - e a minha assessoria jurídica está ali -, uma Frente Parlamentar para defesa das pessoas com deficiência. Para que nós possamos cobrar do Estado, aquilo que já é. Chega de "blá-blá-blá". Está na hora de cobrar.

Então, quem quiser me ajudar, meu gabinete está de portas abertas. Eu conto com a assinatura de Vossa Excelência para a Frente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (presidente) - Pode contar com a minha participação, Deputado Delegado Camargo, vamos subscrever junto com o senhor, vamos fazer juntamente essa Frente Parlamentar. Temos muito a ouvir dessas famílias aqui do Estado de Rondônia, dos profissionais, dessas mães atípicas que estão buscando o direito deles aqui dentro do Estado.

Eu gostaria de franquear a palavra à Doutora Maiara Lima Ximenes, Presidente da Comissão dos Direitos Sociais da OAB do Estado de Rondônia.

A SRA. MAIARA LIMA XIMENES TRENCH - Boa tarde a todos, quero cumprimentar o Deputado Estadual Cirone Deiró por sempre estar engajado com a causa da pessoa com deficiência - já vim em outras Audiências Públicas aqui com ele, a convite dele -, e parabéns, viu, deputado? Por mais deputados como o senhor. Agora, mais um engajado, o Deputado Camargo.

Eu vim aqui cobrar, mas eu vou sair daqui muito feliz, com o discurso de vocês dois, principalmente com o discurso do senhor, que é um pai atípico. E só um pai ou uma mãe, sabe o que é ter um filho, uma pessoa com deficiência. Como quando a pessoa sai e vai atrás de políticas públicas e não encontra. É como ele falou: é um desaparecimento estatal. "Ah, é só procurar um psicólogo." "Tem psicólogo especialista?" "Tem terapeutas na área?". A gente sempre enfrenta esse tipo de dificuldade.

E a gente falou muito sobre segregação. Eu vi a senhora Flaviana falando de segregação. A gente vive essa segregação na pele. A mãe atípica vive, essa dor. E eu me compadeço muito com essa dor de vocês, porque eu sei que vocês padecem muito e cobram bastante. Vocês são mães corajosas, pais corajosos. Não desistam, continuem lutando pela causa.

E falando sobre inclusão, por que não promover inclusão de cinemas, de culturas para pessoas com deficiência? Vamos trazer mais para perto. As pessoas precisam conviver mais. A gente precisa conviver diariamente.

Eu parabenizo novamente o Deputado Estadual Delegado Camargo por ter no seu gabinete pessoas com deficiência. A gente precisa promover sim, e não a cota do *apartheid*, a cota só para autista, a cota só para TEA, a cota..., não uma cota não ajuda. Isso só promove mais *apartheid*. Mas, é um grupo e a gente precisa incluir todos, não só um. Não só um precisa ter um tipo de documento. Todos. As pessoas precisam

se unir. Não levantar bandeiras individuais, mas de uma maneira única para que abarquem todos.

Eu saio daqui muito feliz, muito mesmo, porque a gente vem cobrar e já encontra um Parlamento efetivo com políticas públicas efetivas. Parabéns a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado. A Doutora Maiara representando a Comissão de Direitos Sociais da OAB.

Quero também pedir aos demais colegas deputados, que nós possamos estar engajados nessa causa de contratar pessoas com deficiência, como o Deputado Camargo disse, ele tem duas pessoas, e eu tenho também o assessor, que a Flaviana conhece lá em Ji-Paraná, é o Alex. Ele é meu assessor em Ji-Paraná, é cadeirante.

Tem um vereador em Costa Marques, o Bugão, que é cadeirante. Tem a Simony que é minha assessora, mãe de um rapaz com 18 anos, por erro médico tem deficiência intelectual. Eu não sei bem especificar, a pessoa com deficiência, segundo o médico, afetou o cérebro dele no desenvolvimento. Então, a Simony a está engajada na causa junto conosco.

Então, Delegado Camargo gente vê assim que pessoas realmente a gente não pode só falar. A gente tem que participar e efetivamente ter pessoas comprometidas com a causa dentro dos nossos gabinetes.

Eu quero convidar a senhora Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação, franquear a palavra para que possa falar ao nosso público.

A SRA. GLAUCIA LOPES NEGREIROS - Boa tarde Deputado Cirone Deiró, em seu nome, cumprimento aos demais que compõe a Mesa. Cumprimentar de maneira especial todas as pessoas que se fazem presente aqui nessa Audiência Pública de suma importância. Eu não poderia de forma nenhuma deixar de me fazer presente, e também de utilizar a palavra, porque nós entendemos a importância desse momento.

Entendemos ainda mais o quanto se torna relevante nós respeitarmos os lugares de fala de cada um, e de nos colocarmos aqui enquanto Executivo e reconhecermos as falhas. As falhas do poder público por anos de abandono na educação inclusiva. Mas, mesmo assim, me encorajo em estar diante de vocês, colocando que a Prefeitura de Porto Velho, não só a de Porto Velho - mas, aqui eu represento todas as Secretarias Municipais de Educação do Estado de Rondônia - têm criado esforços para que com esse diálogo estabelecido, ouvindo os principais atores, consigamos avançar nas políticas públicas para educação especial.

É na rede, em especial, na rede municipal de Porto Velho, nós temos um universo de 44 mil alunos. Desses 44 mil alunos, 1.500 são público alvo da educação especial. E aí nós temos diversos tipos de deficiência. E a Secretaria Municipal de Educação vem buscando em um programa de educação inclusiva atender a todos esses alunos, na medida do que o Executivo consegue abarcar com o que temos em mãos.

E é por esse motivo que nós estamos aqui, para ouvir pessoas como a Flaviana, para ouvir a todos que nos antecederam na fala e, realmente, nos reconhecer que ainda falta muito para que realmente a política da educação inclusiva seja efetivada em toda a Educação do Estado de Rondônia.

Mas, ninguém está ali de mãos atadas. Porto Velho, por exemplo, nós já desenvolvemos um Programa de Educação Especial. Nós temos um grupo de profissionais que em todas as suas áreas fazem atendimentos itinerantes nas nossas escolas. A matrícula dentro da rede de ensino de Porto Velho é prioridade para as crianças com deficiência.

Então, na rede de ensino de Porto Velho não há negação em matrícula. Mas, nós encontramos um grande desafio que é ter o profissional de apoio de acordo com o número de necessidades, que a cada dia aumenta dentro das redes de ensino. E aí é preciso reconhecer que nós precisamos também do apoio de vocês, assim como o apoio do Ministério Público, para que juntos com o Executivo, de mãos dadas nós consigamos avançar.

Dentro de Porto Velho, nós já fizemos, nos últimos anos, a contratação de em torno de 60 profissionais cuidadores, além da liberação de horas extras para que o nosso profissional, no contraturno escolar, consiga acompanhar os nossos alunos. Uma realidade de 2017 é que conseguimos ter um profissional de apoio para cada um aluno com deficiência. Entretanto – e a gente reconhece como um ponto positivo – houve uma crescente de alunos com deficiência na rede. E nós não suportamos, não temos hoje – e aí é preciso coragem para afirmar –, nós não temos condição de ter um profissional de apoio para cada um aluno com deficiência.

Mas, é preciso que as Secretarias de Educação criem estratégias. E a nossa estratégia de estar capacitando os profissionais que hoje nós temos. E aí voltando mais uma vez para Porto Velho, nós temos em torno de 600 profissionais que atuam como profissional de apoio. Então, nós avançamos na capacitação. Em 2019, fizemos uma formação com quase 360 horas para que essas pessoas realmente tivessem uma formação adequada para atuar na educação especial. Temos hoje 32 Salas

de Recursos para que, de forma polarizada, atenda esses alunos no contraturno escolar.

Mas, mais uma vez, eu reconheço: ainda não é o suficiente. É por isso a nossa coragem enquanto Executivo, de estarmos aqui nesta Mesa, dialogando e tentando avançar, não só para as crianças que têm Síndrome de Down, mas para todas as outras deficiências da rede municipal. E aí, mais uma vez, não é uma realidade só de Porto Velho, mas de todas as redes de ensino do Estado de Rondônia.

Mais uma vez parabênizo o Deputado Cirone Deiró, assim como o Deputado Delegado Camargo. E volto a dizer que nós precisamos avançar aqui na questão da discussão também do currículo dentro das nossas universidades, do currículo que forma hoje o profissional que está atuando nas redes de ensino. Tem um dado que mostra que 85%, hoje, dos profissionais formados em Pedagogia estão sendo formados na educação à distância. Então, mais uma forma de nos preocuparmos no momento em que nós recebemos esse profissional para que, verdadeiramente, eles estejam capacitados, e com todo o apoio do Executivo, para atender os alunos da educação especial.

São essas as minhas palavras. Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns pela Audiência, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Gláucia. Realmente a gente precisa estar enfrentando nessas demandas aqui. A gente vê a luta dessas mães, desses pais atípicos. Eu tive bastante prazer já de conviver com a Flaviana e ela vem me relatando, nesses quatro anos, essas dificuldades na histórica da vida dela, dessas lutas, não é, Flaviana?

E a gente precisa que o Poder Executivo, a senhora hoje em uma pasta importante como Secretária Municipal do maior município do Estado de Rondônia, que possa ter esse piloto e dar exemplo aqui, começando por Porto Velho, para todo o nosso Estado. Parabéns pelo seu trabalho.

A gente reconhece o avanço que teve a educação dentro de Porto Velho. E o que precisar desta Casa a senhora conta conosco para a gente continuar podendo atender essas famílias dentro de Porto Velho e dentro do Estado de Rondônia.

Queria franquear a palavra ao Doutor Marcos Tessila, Promotor de Justiça da Infância e Juventude aqui do Estado de Rondônia, da 4ª Região. O Ministério Público tem sempre contribuído com as ações, com as recomendações e fazendo com que as políticas sejam aplicadas ao Estado. Leva o nosso abraço ao nosso Procurador-Geral, o Doutor Ivanildo, que retomou agora o novo mandato. E dizer que o Ministério Público sempre foi um grande parceiro desta Casa, e nós estamos aqui também para sempre contribuir.

O SR. MARCOS VALÉRIO TESSILA DE MELO - Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Cirone Deiró eu cumprimento a todos.

E eu gosto muito de um recorte cronológico. Eu tenho um irmão, que é nascido em 1980. Depois de muito tempo meu irmão foi diagnosticado com autismo. Mas, ele passou por vários outros diagnósticos até chegar a isso. E eu acompanhei a vida da minha mãe, do meu pai - no Paraná - e é um contexto bem delicado. Mas em 1980, o Brasil vivia uma realidade.

Em 1990, eu fui para uma universidade. E aí eu comecei a estudar o art. 5º e o art. 6º do Código Civil. Quem é do Direito aqui vai se lembrar disso. O art. 5º, ele diz "são

incapazes". E o 6º, "são relativamente capazes". Em 1988 veio a Constituição Federal. Em 1989 surge a Lei da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse era o nome. E aí tem toda uma discussão no ar. A APAE é educacional? Não é educacional? Ela pode ou não pode receber recurso da educação? Vem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é de 1994. Essa discussão caminha, vai ter salinha para lá, salinha para cá, como que vai ser essa inclusão? Como que não vai?

Em 2002, nós temos o Novo Código Civil e, felizmente, o conceito do "relativamente capaz" ou "absolutamente incapaz" começa a ter um contorno diferente. Por quê? Porque aquele que era absolutamente incapaz "não pode, não pode, não pode, não pode, não pode". Ele não existia para o Direito brasileiro, praticamente. Havia apenas a preocupação de ordem econômica, patrimonial e pouco além disso.

Aquele que era relativamente capaz ficava em uma linha um pouco cinzenta. E os capazes eram aqueles que diziam o que funcionava e o que não funcionava. Em 2002, felizmente começa-se a romper essa situação.

Em 2015, nós vamos ter o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Aí mudou. E esse Estatuto, ele é uma carta. Não precisa de mais nada. Leiam esse Estatuto e vocês terão matéria legislativa para propor em uma legislatura inteira. Porque ele traz disposições de saúde, educação, assistência, tributário, direitos, deveres, obrigações, mercado de trabalho, profissionalização.

Ele traz todos os direitos que uma pessoa com deficiência tem. Mas, ele não cria direitos, ele traz necessidades. Ele aponta: "Estado brasileiro, é aqui que você tem que ir". E esse Estatuto não é uma lei que surgiu no Parlamento da cabeça de um parlamentar "A", "B" ou "C".

Ele é produto de muita discussão. É um produto de uma discussão de virada de cenário.

Em 2017, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o qual eu trabalho, já com essa nova roupagem, traz também a obrigatoriedade da integração de serviços. E, nesta Mesa eu não vejo a integração de serviços. Eu vejo a educação, que presta serviços. Mas, eu não vejo saúde, eu não vejo assistência, eu não vejo o mercado de trabalho, eu não vejo a qualificação – para citar essas áreas.

Então, nós não temos aqui uma integração de serviços. E integração não é colocar todos no mesmo ambiente, ou todos no mesmo espaço. O serviço precisa estar disponível. Integrar não é segregar. Quando se mostrou a Carteira de Identidade do autista, é uma segregação. Mas, a lei diz lá que também você tem que ter os seus direitos respeitados. Como que respeita? O idoso tem que ter lá a carteirinha, o autista, todo mundo tem que ter a sua carteirinha. Talvez esteja se dando um contorno diferente ao que deveria se dar àquele documento. Eu fico muito contente quando eu vou a um espaço público e eu vejo a vaga para os autistas. Seja qual nome que se dê. Até algum tempo atrás, nós não tínhamos isso.

Então, assim, é uma construção. Esse espaço é muito democrático, é muito interessante, é um espaço de inquietações, de ouvirmos, concordarmos, discordarmos, ou não, mas o que é mais importante é propormos. E o que nós mais encontramos são ações desconexas do Estado brasileiro, seja do Estado de Rondônia ou do município de Porto Velho, ou de "A", "B" ou "C".

No afã de tentar encontrar a melhor solução, se constrói um projeto, que vem, se aprova da noite para o dia, e, se bobear, três ou quatro pessoas têm conhecimento daquele projeto. Alguns com vícios de inconstitucionalidade, por

conta de quem deveria propor, não poderia; ou um projeto foi um pouquinho mais além, ou foi muito mais aquém.

Parece-me que a gente precisa de uma cultura de respeito à pessoa com deficiência. E, neste aspecto, este Parlamento, com atitudes pontuais ou global, pode ser essa caixa de ressonância. Ele pode criar, digamos que precisemos do "Estatuto do Estado de Rondônia da Pessoa com Deficiência". Mas, um estatuto dialogado. Dialogado com educação. Educação não é só o município, não é só o Estado. Saúde não é só o município, não é só o Estado. A assistência social não é só o município, não é só o Estado. São vários atores que fazem parte para essa convergência.

Se nós não tivermos esse olhar integrativo de políticas públicas, nós vamos ficar ouvindo, me perdoem, "a AME é assim", "a Pestalozzi é assim", "a APAE foi, ou é, assim"... A senhora já esteve comigo na minha Promotoria, eu me recordo. Pessoal aguerrido, nervoso. A senhora não quis falar essa palavra, mas eles são nervosos, no bom sentido da palavra. Mas, assim, a gente vê essa segmentação, isso não é bom. Por outro lado, esta causa também não é de um, de dois ou de três. Ela é uma causa global, é uma causa que precisa ser trabalhada de forma integral.

Agora, em Rondônia, realmente é necessária uma política pública de Estado. Não é do governador "A", ou do prefeito "B", ou da Prefeita, ou do Secretário, ou da Secretária. Rondônia precisa ter uma cultura de respeito às pessoas com deficiência. E aí eu gosto de números: 44 mil alunos na rede municipal; 1.500 na educação inclusiva – menos de 4%. Apenas eu peguei o número. Não me entenda errado, Secretário. Mas, nós temos, no Brasil, em torno de 15% da população brasileira tem algum grau de deficiência.

Agora, nós estamos aqui ne um recorte da educação, como se fosse uma... como o pessoal que tem Síndrome de Down tivesse apenas deficiências não supridas pela educação. Mas, não é só isso que vocês querem, que vocês merecem, e que nós temos a obrigação de dar. É saúde, mercado de trabalho, inclusão, são vários outros fatores. Por isso, que eu digo que esta Mesa está incompleta, deputado. Parabéns pela realização.

Em uma outra oportunidade, eu também estive aqui, e o senhor é bem entusiasta desta questão que afeta criança e adolescente, mas faltou aqui a assistência, faltou aqui a saúde e outras áreas mais.

Só que a gente precisa entender que esse sistema precisa de vários atores. Ele não é de um só. Então, Dona Flaviana, a senhora ainda vai batalhar muito por direitos. Não se preocupe não, eu sei que é desafiador, mas a gente não pode esmorecer. A senhora vai continuar batalhando, porque as pessoas têm dificuldade de compreensão, elas têm dificuldade de entendimento.

Quando alguém falou da situação do taxista, vamos pensar o outro lado da moeda, eu não estou defendendo o taxista, não - alguém falou lá de Ji-Paraná -, vamos pensar o outro lado da moeda. "Eu, taxista, vou dar carona para esse rapaz?" Alguém disse que ele é bem conhecido na cidade, então eu presumo que o taxista o conhece. "Vai que dá um problema dentro do meu carro, qual é o tamanho do abacaxi que eu vou ter que descascar depois?" Vamos pensar o outro lado da moeda também. Eu não estou dizendo que negar o atendimento a ele é correto e nem que ele não deva receber o atendimento. A gente tem que ter um pouco de tempero para entender essa realidade. Eu acho que negar a ele é errado e talvez aquele que possa ter tido esse pensamento, talvez também está indo

pelo caminho errado. Mas, uma coisa é fato: quando nós tivermos uma cultura da compreensão, essas barreiras caem.

Quando a Secretária Gláucia fala que tem "X" profissionais, a gente precisa ponderar. Até quando? Se um dia eu tiver cinco mil pessoas com deficiência na rede do Município de Porto Velho, eu vou ter cinco mil cuidadores? Ou eu vou ter que ter uma estratégia para isso? Eu acredito que a senhora até usou a palavra "estratégia", eu preciso disso. Então assim, me parece que o que a gente precisa é sempre se manter vigilantes, buscar essas alternativas.

Eu agradeço as deferências que a senhora fez ao Ministério Público. Não é apenas eu que atuo nessa temática, vários outros colegas. Essa questão também é multifacetada dentro do Ministério Público, é com a Promotoria da Saúde, é com a Pessoa Deficiência, Infância, Educação. Ela também é multifacetada juridicamente. Quando a gente vai ao Judiciário, "isso aqui vai para cá, isso faz não sei o quê", também tem esse componente.

A senhora falou da questão da equoterapia. Posso estar equivocado, mas eu me manifestei em alguns processos, aqui em Porto Velho, da equoterapia. Inclusive, cheguei até a interpor recurso, porque o Estado entendia que essa obrigação não é dele, e ela é. E hoje tem várias decisões Brasil a fora, dessa questão, reconhecendo a equoterapia como um tratamento adequado e eficiente para esse contexto.

Então é muito importante a gente ter essa percepção.

E, Deputado Cirone, como o senhor ponderou o Tribunal de Contas, uma provocação aqui. Em 31 de março haverá uma reunião do GAEPE, que é um grupo de articulação para políticas efetivas da educação no Estado de Rondônia. O Tribunal de Contas faz parte, o Ministério Público faz parte, o Tribunal de Justiça faz parte, o Município de Porto Velho

e a Secretaria de Estado de Educação e várias outras Secretarias, o Ministério Público de Contas, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, e dia 31 de março, sexta-feira, às 14 horas, é uma reunião de pauta exclusiva onde o Tribunal de Contas ficou com essa incumbência, irá apresentar o resultado da auditoria que foi feita no Estado acerca da educação inclusiva.

Com certeza os números não serão bons, mas, felizmente, tem-se um espaço e um ambiente para essa discussão de forma qualificada. Então, 31 de março está programado, às 14 horas, sexta-feira. A Secretária Gláucia participa de todas as reuniões e a gente está tentando dar a cada um a sua contribuição.

Fico muito contente com a chegada do Deputado Delegado Camargo, que demonstrou sensibilidade a esta causa. O que precisar a gente está à disposição, lembrando que nós temos limitações de atuação, de espaço, de tempo. Mas uma coisa é fato, nós podemos, um dia, eu acredito, ter um estatuto da pessoa com deficiência. Juntar toda essa legislação em um lugar só, mas não algo imposto, algo dialogado antes de se tornar lei. Eu acredito nessa forma.

E, no mesmo sentido, que o Parlamento pince assuntos que são pertinentes, como o deputado fez com questão a educação inclusiva e comece a indagar do Estado. "Estado nós deliberamos tem a lei tal, tal e está acontecendo o quê?" Mas, uma indagação construtiva. "O que está precisando?" "Em que a gente pode se auxiliar?" "Eu tenho uma Emenda parlamentar, digamos por exemplo, que pode ajudar nisso aqui, ou eu tenho aqui, eu tenho acolá, eu tenho outros colegas,..." Tem várias alternativas que a gente quando coloca esse tema como central, a gente vai encontrar uma solução.

Então, eu acho que esses espaços são extremamente importantes para que a gente possa, realmente, filtrar aquilo que engrandece e que melhora a nossa realidade.

Agradeço a oportunidade e no que precisar o Ministério Público está à disposição. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Doutor Marcos Tessila pelas palavras. O Ministério Público, como eu disse há pouco, sempre bastante atuante, sempre participativo, sempre está aqui nessas audiências, ouvindo e discutindo essas demandas.

Em relação às nossas ações como parlamentar, nós colocamos um recurso de mais de R\$ 400 mil, Doutor Marcos, para a APAE de Cerejeiras construir um centro de equoterapia em Cerejeiras. Um ônibus antigo da APAE, do CER em Rolim de Moura, mais de R\$ 400 mil, CERNIC de Cacoal, APAE de Vilhena. Então, nós temos bastante participação para ajudar o terceiro setor, que tem contribuído com essas questões da pessoa com deficiência dentro do Estado de Rondônia.

E o senhor pontuou muito bem em relação a esses pontos não estarem conectados. Nós solicitamos ao Governo do Estado de Rondônia que criasse, aqui no Estado, uma superintendência de pessoas com deficiência no Estado. Em São Paulo existe uma Secretaria, a qual nós tivemos o prazer de visitar, e está conectado lá, que a pessoa procura a Secretaria e a Secretaria que faz a interligação dessas Secretarias, a Educação, a Saúde, Assistência Social, Esporte e de Desenvolvimento do Estado, onde a pessoa tem condição de arrumar um emprego. Mas aí a Secretaria vai lá na empresa também, porque às vezes a empresa quer contratar um deficiente visual e não tem nada pronto lá para esse deficiente visual trabalhar.

Então, na verdade, ele só está fazendo um protocolo, dizendo que está precisando de pessoas com essa vaga. Em São Paulo já tem funcionado. Trouxemos esse modelo aqui para Rondônia. Sugerimos ao Governo do Estado que crie essa superintendência, para que nós possamos conectar essas Secretarias e a pessoa não fique pulando de galho em galho – em um dizer, assim, bem rápido –, procurando soluções para as suas demandas.

Fica aí a nossa cobrança também ao governo, que vai estar acompanhando essa Sessão, que possa criar essa superintendência o mais urgente possível e a gente possa dar um atendimento digno a essas pessoas.

E para finalizar, aqui representando a Secretaria de Educação, só que antes de falar da Secretaria de Educação, como o Doutor Marcos disse da ausência aqui, foi convidado, sim, representante da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Assistência Social e todas as Secretarias de governo para estarem aqui. Infelizmente, não estão nessa tarde aqui compondo essa Mesa para ouvir as nossas famílias do Estado de Rondônia.

Quero passar a palavra a Natália Lara, representando a nossa Secretária de Educação do Estado de Rondônia.

A SRA. NATÁLIA LARA - Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Cirone eu cumprimento toda a Mesa e todos aqui presentes. Bom, a Secretaria do Estado, assim como já foi dito aqui, admite, através do governo, que realmente nós temos uma dívida muito grande com os deficientes no Estado. Nós admitimos, mas isso não é motivo para nós pararmos, como o doutor disse, de correremos atrás dos nossos sonhos.

Nós temos, sim, apresentado alguns projetos no Estado. O Deputado Cirone citou ali a indagação quanto às Salas de Recursos, o questionamento. Gostaria de trazer o dado aqui, que hoje, e antes disso já ressaltar que considero pouquíssima, deputado, pouquíssima, e até aproveito da oportunidade dos nobres aqui para, mais uma vez, tocar no assunto da Emenda e pedir ajuda desta Casa de Leis para que novas Salas de Recursos fossem implantadas, porque a partir daí nós possamos atender com mais dignidade esses deficientes.

Hoje nós temos 229 Salas de Recursos multifuncionais no Estado. Pouquíssimo. Pouquíssimo. Nós estamos com um projeto para abertura de mais 27, já está em processo licitatório, e temos um subsídio de 32 Salas de Recursos multifuncionais com parceria com os municípios, Secretária.

O município de Porto Velho também será contemplado com algumas dessas salas, mas essa quantidade ainda é pouca pelo sonho que nós temos em atingir e atender à solicitação dessas mães, que incansavelmente vêm lutando. Eu recebo ali, no Núcleo de Deficiência várias mães. E eu acabo me comovendo. Até falei com a com a Flávia, eu falei que eu preciso parar de trazer isso para mim, porque como mãe, também de deficiente, como mãe atípica, a gente acaba se envolvendo um pouco, mas a luta é grande.

Gostaria de deixar claro e ressaltar que todos os questionamentos trazidos nesta tarde serão passados para nossa Secretária. E que a ideia trazida pela Flaviana de solicitar a presença das mães nos projetos, para que eles possam vir com mais melhorias para atingir tão diretamente a criança que vai receber e os pais que irão tratar com essas crianças. É importantíssima essa ligação.

Nós estamos precisando de parcerias. Nós estamos precisando de parcerias com essas mães, que gritam, literalmente, por ajuda e nós somos reconhecedores disso, mais uma vez ressaltando a falha do Estado e dizendo que estamos aqui para melhorar, que estamos aqui para ouvi-las e melhorar.

E, principalmente, desta Casa de Leis. Que esse tipo de atitude nos alegra, em saber que nós não estamos sozinhos enquanto Executivo. Nós precisamos de parcerias, sim. A luta é grande, repito, porque todos nós aqui sabemos, todos os presentes aqui sabem o quão difícil é, mas nós não vamos parar.

Então, eu quero prestar aqui todo o agradecimento ao Deputado Cirone, também ao Deputado Delegado Camargo. Me vi muito na sua história, ali de luta pelo seu filho, inclusive, Doutor Marcos já foi médico dos meus gêmeos e me comovo sim, com toda essa situação, porque eu sou mãe atípica e estou junto com vocês nessa luta.

Todos os questionamentos serão repassados à Secretária e vamos nos colocar à disposição para enfrentarmos essa grande batalha. Que é um trabalho de formiguinha. Porque nós precisamos fazer chegar até o professor, lá na sala de aula, tudo que aqui está sendo solicitado, isso não é fácil, doutor, isso não é fácil.

Nós temos aqui uma lista de formações que a Seduc traz a esses profissionais. É de conhecimento das mães, a nossa luta também. Todas as nossas formações e todos os nossos projetos. Eu acredito que também, desta Casa, é de conhecimento. E se não for, está lá à disposição. Alguns ofícios nós já recebemos e já respondemos. Eu acredito que muitas informações, Vossa Excelência já tem. E nós não paramos.

Então, gostaria de desejar contudo, uma boa tarde a todos e que mais ações como essas sejam efetivadas para que possamos melhorar todo o atendimento a essas pessoas com deficiência, em especial hoje, ao Síndrome de Down. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Natália. Nós tivemos aí alguns questionamentos feitos pela representante das mães, que é a Dona Flaviana, fez nesta Audiência.

Nós vamos filtrar todas essas falas. Vamos fazer um Requerimento à Secretaria, aos órgãos competentes, para que a gente possa obter uma resposta na Secretaria que tange, na qual a senhora trabalha, principalmente a questão dos profissionais que estão sendo feitos por esse edital, Sistema EAD, que as mães não concordam.

Têm algumas outras situações também, que nos Diários, está lá destacado, quando a pessoa tem deficiência, "pessoa com deficiência". As mães não gostariam que isso estivesse nesse Diário, porque, do coleguinha ele já sofre um preconceito, dos próprios colegas. Eu já recebi essa reclamação, e nós vamos fazer esse encaminhamento, pedir essas soluções.

Inclusive, hoje, eu fiz uma recomendação à Secretaria, para a gente fazer umas salas de acomodação sensorial, que algumas das deficiências exigem, para você acalmar a criança com deficiência, principalmente, com TEA. Então, nós vamos estar sempre atentos. Nós queremos aqui ter essa parceria. Ouvir as mães - nós como a caixa de ressonância aqui do povo, das demandas, trazer essas demandas. E que o Estado venha buscando essas soluções, tanto no município quanto no Estado de Rondônia.

A SRA. NATÁLIA LARA - Só um aparte, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por gentileza, um aparte.

A SRA. NATÁLIA LARA - Só ressaltar quanto à Lei 5.430, que nós pedimos ajuda do Legislativo, que é a Lei que trata sobre a reserva de vagas dos autistas. Essa lei foi feita por esta Casa de Leis, e nós estamos aqui, pedindo ajuda dos deputados, que prontamente se disponibilizaram a lutar pela causa, para que nós possamos rever essa lei. Como já foi dito, eu não poderia deixar de dizer, porque essa demanda chega até nós.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - É uma pauta...

A SRA. NATÁLIA LARA - Essa demanda chega lá e aí nós conseguiremos fazer algo, após...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Foi uma pauta também trazida pela representante das Mães Atípicas, e com certeza vamos pedir ao nosso setor jurídico para se debruçar. Já peço aqui o apoio do nosso colega, Deputado Delegado Camargo, porque no entendimento de vocês, isso é uma segregação, e também vejo assim. E nós vamos pedir ao setor jurídico e vamos fazer um encaminhamento para que a gente possa tirar essa lei, fazendo essa exceção.

E dizer para vocês, como o Delegado Camargo disse, ele tem lá o Vitor, representando as pessoas com deficiência, lá no seu gabinete. Eu queria que a Edna se colocasse de pé, por favor, Edna, por gentileza. A Edna que tem feito esse trabalho aqui com as mães atípicas, no meu gabinete. Que vocês também possam procurá-la e trazer as demandas. Nós não somos, tanto eu quanto o Deputado Camargo, não vamos dizer que vamos resolver tudo, mas vocês podem ter certeza, aquilo que for trazido, vamos fazer os encaminhamentos e buscar a resposta.

No interior, eu tenho a Ana Rúbia. Eu queria que a Ana Rubia ficasse de pé - que ela é lá de Cacoal e tem a missão de além de representar vocês, também fazer visitas nas APAEs; ir lá identificar; conhecer os profissionais; conhecer as pessoas; as mães, porque se for só uma pessoa aqui de Porto Velho, fica muito distante. Então, a Ana Rubia também tem essa missão lá na cidade de Cacoal. Eu pedi para ela vir hoje aqui, para participar junto com vocês.

No mais, agradecer a presença de cada um de vocês. E eu quero fazer aqui uma homenagem às pessoas que palestram hoje. Quero deixar aqui uma placa de agradecimento a vocês, e aí eu solicito ao meu colega, Deputado Camargo, eu vou descer, me dirigir aí embaixo para fazer a entrega, que o senhor pudesse chamar o nome dessas pessoas. Conduzir a Presidência desta Sessão.

(Às 18 horas e 29 minutos o Senhor Cirone Deiró passa a Presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Convido, então, o proponente desta Audiência Pública, o Deputado Cirone

Deiró, para fazer a entrega da placa de agradecimento aos palestrantes.

Doutora Graciely Nunes Santana, psicopedagoga e neuropsicopedagoga.

(Momento de entrega da homenagem)

Também para ser homenageado, em razão da Audiência Pública da Síndrome de Down, convido o Doutor Marcos Antônio Sueyassu.

(Momento de entrega da homenagem)

Também, para receber das mãos do Excelentíssimo Deputado Estadual Cirone Deiró, convido a Doutora Flávia Albaine Farias Da Costa, Defensora Pública do Estado de Rondônia.

(Momento de entrega da homenagem)

E, por fim, também para receber a homenagem das mãos do Excelentíssimo Deputado Estadual Cirone Deiró, convido a excelente palestrante, aquela que diz a vida como ela é. Senhora Flaviana Tertuliana de Barros, professora e mãe atípica. Salva de palmas.

(Momento de entrega da homenagem)

Estendendo o convite do deputado... A foto final dos homenageados lá. Já estamos finalizando, eu estendo o convite do nosso proponente, o Deputado Cirone Deiró, que todos

permaneçam nesta Casa, que nós teremos um coquetel logo ali, aos fundos do plenário, para que possamos confraternizar.

Deputado Cirone Deiró, se Vossa Excelência me permite, podemos encerrar? (Deputado Cirone Deiró autoriza). Estão todos convidados, então, para o coquetel aqui aos fundos.

Está encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 33 minutos)

(Sem revisão dos oradores)